

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC Nº 382 /2013 Curitiba, 13 de dezembro de 2013.

VETO Nº 30/13  
PARCIAL

- I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL com vista à Comissão de Saúde.

Em, 17/12/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 538/2013, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná, por contrariar a Constituição do Estado, da República e o interesse público.

A justificativa para a propositura do ato legislativo reside na necessidade de revisão do texto legal que atualmente regulamenta a matéria, estabelecendo maior rigor na avaliação das entidades privadas, sem fins econômicos, para concessão da titulação, que é condição *sine qua non* para o recebimento de recursos públicos estaduais.

A proposta é deveras meritória, mas o rigor estabelecido em alguns dos seus dispositivos exacerbou, a nosso sentir, da razoabilidade e que certamente, se aprovado por essa Casa, influirá negativamente na manutenção de diversas parcerias que o Governo do Estado possui com entidades de direito privado, sem fins econômicos, possuidoras, na atualidade, do Título de Utilidade Pública Estadual.

Como é cediço, a Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, e a Lei Estadual nº 16.888, de 01 de agosto de 2011, permitem ao Poder Executivo Estadual realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste, a entidades privadas, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de modo que elas possam realizar a prestação de serviço de interesse público.

Referencia-se que os marcos legais atualmente vigentes tem conduzido, nos últimos anos, o Poder Executivo Estadual, na correta eleição de parceiros privados.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot.nº 12.200.136-9





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Bem por isso, urge que essa augusta Casa de Leis pondere a respeito das disposições, abaixo elencadas.

Os dispositivos que a nosso sentir contrariam o interesse público e até mesmo a Constituição da República e a do Estado do Paraná, objetos de veto, são os seguintes:

**Inciso VI, do Art. 6º:**

*"Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:*

*...  
¶ VI - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência;  
..."*

**Razões do veto do Inciso VI, do Art. 6º:**

Da mesma forma que o título de Utilidade Pública Estadual é requisito para a obtenção de recursos públicos estaduais; no âmbito federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias condiciona a transferência de recursos públicos (federais) para entidades privadas, sem fins lucrativos, que exerçam atividades nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que tenham certificação como entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

O artigo 1º dessa Lei Federal dispõe que a certificação das entidades beneficentes de assistência social será concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

No caso da saúde, no entanto, a Lei Federal nº 12.101/2009 permite que mantenedoras de instituições hospitalares privadas, **não gratuitas**, sejam certificadas, uma vez que o seu art. 4º, inc. II, admite que para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), implicando que os outros 40% (quarenta por cento) podem ser cobrados dos usuários.

Se a legislação federal permite a certificação de entidades privadas, mas que prestam atendimento **não gratuito**, tem-se que a limitação que o novel diploma legal estadual pretende estabelecer pode comprometer, de imediato,





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

políticas públicas (em execução) na área de saúde, implementadas por meio de parcerias com o Estado.

Merece registro, também, o fato do dispositivo não explicitar o significado da expressão "*certificado de benemerência*", tornando a redação (*mens legislatoris* e *mens legis*) imprecisa, pois não enseja a perfeita compreensão do seu objetivo e do seu alcance. Bem por isso, urge o veto por ser contrário, neste momento, ao interesse público.

**Inciso VII, do Art. 6º:**

*"Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:*

...

***• VII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;***

..."

**Razões do veto**

O inciso VII, acima transcrito, colide igualmente com as premissas da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe que a certificação das entidades beneficentes de assistência social será concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Por meio da referida lei, no caso da educação, o próprio Governo Federal admite a cobrança pelo atendimento no ensino, certificando entidades privadas que conseguem conciliar a cobrança, portanto, não gratuitos, com mecanismos compensatórios junto aos estudantes.

Significa dizer, de outro modo, que as escolas privadas (não gratuitas) e suas mantenedoras podem pleitear a certificação como Entidades Beneficentes de Assistência Social, o que lhes permite a obtenção de recursos públicos federais, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que pressupõe que não deveria haver impedimento para a obtenção de recursos públicos estaduais, além do seu reconhecimento como de utilidade pública estadual, que é, como dito, condição essencial para o recebimento de recursos públicos estaduais.

**Alínea "d", do inciso II, do Art. 7º:**

*"Art. 7º A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública, deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do Título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:*





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

...  
*II – atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e do término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:*

...  
**d) Nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal ou pelo Juiz Diretor do Foro”.**

### **Razões do veto**

É cediço, em âmbito constitucional, que uma Lei Estadual não pode invadir a esfera de competência de um outro Poder, quanto mais de outra esfera de Governo, no caso do Poder Executivo Municipal e, ainda, do Poder Judiciário, para atribuir-lhe funções não previstas na Constituição da República ou mesmo na do Estado.

Não pode, de outro tanto, uma lei estadual, de origem parlamentar, atribuir funções/atribuições a um Prefeito Municipal e/ou a um magistrado estadual, sem que haja violação, respectivamente, ao princípio federativo (observância das competências de cada ente federativo) e ao princípio da Separação dos Poderes. O dispositivo impugnado exerce, a nosso sentir, ingerência normativa incompatível com a Constituição da República.

### **Art. 8º:**

*“Art. 8º A Assembleia Legislativa do Paraná, através de Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei.*

*Parágrafo único. Havendo pedido de Certidão de vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei.”*

### **Razões do veto**

A negativa de expedição de “Certidão de Vigência da Lei Declaratória de Instituição de Utilidade Pública” somente pode ocorrer após a revogação da lei específica que concedeu a honraria. Não antes. E o presente Projeto de Lei não está – *ao menos não expressamente* – revogando todas as “cinco mil, oitocentas e sessenta e quatro leis” que concederam, no passado, a titulação às inúmeras entidades envolvidas. Está pretendendo, apenas e como visto, a revogação da Lei Estadual nº 16.888/2011 (*vide* Art. 9º).

Assim, para evitar a futura judicialização de infundáveis litígios – e a derrota provável do Estado do Paraná – é preciso estabelecer uma forma mais





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

estável de transição, motivo pelo qual tenho por bem em vetar este dispositivo por ser contrário, também, ao interesse público.

Enfim, são estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Assembleia Legislativa.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





of 382

Lei nº. 17826



Data 13 de dezembro de 2013.  
Dispõe sobre a concessão e a  
Súmula manutenção do Título de Utilidade  
Pública a entidades no Estado do Paraná.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III – ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV – não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V – gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI – que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

**Art. 2º** O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I – certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III – declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;



IV – relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V – ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI – declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

**Art. 3º** A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.

**Art. 4º** Será revogada a Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública da entidade que comprovadamente:

I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos públicos recebidos, observando nessa prestação que possui o Título de Utilidade Pública;

II – deixar de prestar ou se negar a prestar serviços compreendidos no respectivo objetivo social;

III – tiver baixado o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal ou ter razão social diversa daquela registrada no CNPJ e no seu Estatuto;

IV – deixar de encaminhar os documentos atualizados à Assembleia Legislativa do Paraná para apensamento ao processo de declaração de Utilidade Pública, quando houver alteração do Estatuto Social.

**Parágrafo único.** Recebida a documentação de atualização do Estatuto Social da instituição declarada de Utilidade Pública e constatando-se a necessidade de alteração da Lei instituindo a honraria, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal.

**Art. 5º** As entidade mantidas por outra instituição poderão requerer o Título de Utilidade Pública desde que possuam personalidade jurídica própria, estatuto social, ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora e, ainda, balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados de sua mantenedora, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos necessários à aquisição do referido Título.

**Art. 6º** Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I – as sociedades comerciais;



II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III – as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – ...Vetado...;

VII – ...Vetado...;

VIII – as fundações públicas;

IX – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

**Art. 7º** A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do Título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

I – declaração, assinada pelo presidente da entidade, informando que o Estatuto Social anexado ao processo de concessão do Título de Utilidade Pública não sofreu alteração;

II – atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:

a) Conselho Municipal de Assistência Social do município em que a entidade está sediada, caso desenvolva ações na área de assistência social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município em que a instituição está sediada, caso desenvolva ações na área da criança e do adolescente;

c) Ministério Público, através da Curadoria das Fundações, mencionando que a Fundação teve suas contas aprovadas naquele órgão;

d) ...Vetada...

III – relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade do ano anterior ao da solicitação de que trata este artigo;

IV – declaração de que a entidade não tem fins lucrativos e que os membros da diretoria não são remunerados.



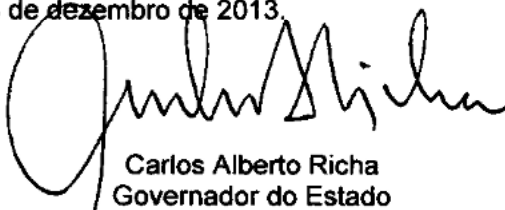
**Parágrafo único.** Os documentos apresentados devem ser no original ou cópia autenticada, datados, no máximo, de sessenta dias antes do protocolo do Requerimento.

**Art. 8º** ...Vetado...

**Parágrafo único.** ...Vetado...

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 16.888, de 1º de agosto de 2011.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2013.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa  
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil

Caíto Quintana  
Deputado Estadual

Pedro Lupion  
Deputado Estadual

Rose Litro  
Deputada Estadual

Tadeu Veneri  
Deputado Estadual

Tercílio Turini  
Deputado Estadual

Andre Bueno  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 25  
SGP

## **Projeto de Lei nº 538/2013**

(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion, Rose Litro,  
Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Andre Bueno)

Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de  
Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III – ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV – não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V – gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI – que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

**Art. 2º** O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I – certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 26  
SGP

Projeto de Lei nº 538/2013

fls.2.

III – declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV – relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V – ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI – declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

**Art. 3º** A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.

**Art. 4º** Será revogada a Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública da entidade que comprovadamente:

I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos públicos recebidos, observando nessa prestação que possui o Título de Utilidade Pública;

II – deixar de prestar ou se negar a prestar serviços compreendidos no respectivo objetivo social;

III – tiver baixado o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal ou ter razão social diversa daquela registrada no CNPJ e no seu Estatuto;

IV – deixar de encaminhar os documentos atualizados à Assembleia Legislativa do Paraná para apensamento ao processo de declaração de Utilidade Pública, quando houver alteração do Estatuto Social.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 27  
SGP

Projeto de Lei nº 538/2013

fls.3.

**Parágrafo único.** Recebida a documentação de atualização do Estatuto Social da instituição declarada de Utilidade Pública e constatando-se a necessidade de alteração da Lei instituindo a honraria, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal.

**Art. 5º** As entidade mantidas por outra instituição poderão requerer o Título de Utilidade Pública desde que possuam personalidade jurídica própria, estatuto social, ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora e, ainda, balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados de sua mantenedora, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos necessários à aquisição do referido Título.

**Art. 6º** Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III – as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência;

VII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

VIII – as fundações públicas;

IX – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 28  
SGP

Projeto de Lei nº 538/2013

fls.4.

**Art. 7º** A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do Título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

I – declaração, assinada pelo presidente da entidade, informando que o Estatuto Social anexado ao processo de concessão do Título de Utilidade Pública não sofreu alteração;

II – atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:

a) Conselho Municipal de Assistência Social do município em que a entidade está sediada, caso desenvolva ações na área de assistência social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município em que a instituição está sediada, caso desenvolva ações na área da criança e do adolescente;

c) Ministério Público, através da Curadoria das Fundações, mencionando que a Fundação teve suas contas aprovadas naquele órgão;

d) nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal ou pelo Juiz Diretor do Foro.

III – relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade do ano anterior ao da solicitação de que trata este artigo;

IV – declaração de que a entidade não tem fins lucrativos e que os membros da diretoria não são remunerados.

**Parágrafo único.** Os documentos apresentados devem ser no original ou cópia autenticada, datados, no máximo, de sessenta dias antes do protocolo do Requerimento.

**Art. 8º** A Assembleia Legislativa do Paraná, através do Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** Havendo pedido de Certidão de vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

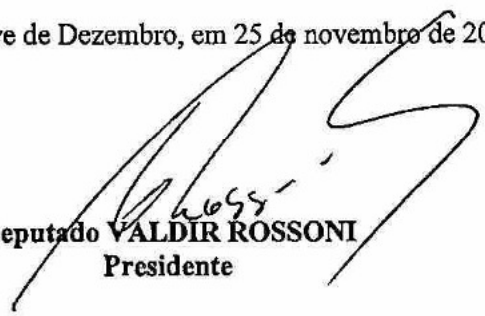
Fl. 29  
SGP

Projeto de Lei nº 538/2013


fls.5.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 16.888, de 1º de agosto de 2011.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de novembro de 2013.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





### JUSTIFICATIVA

A concessão do Título Honorífico de Utilidade Pública permite que instituições privadas, sem fins lucrativos, recebam recursos públicos na execução das respectivas atividades descritas em seus atos constitutivos.

Tal possibilidade, criada pelo direito francês, sempre foi encarada com seriedade, considerando a prestação desinteressada de serviços nos mesmos moldes em que seriam prestados pela Administração Pública. Esse é o verdadeiro espírito da colaboração da iniciativa privada com os entes públicos.

A Comissão Especial constituída para averiguar e relacionar o número de associações assim estimuladas foi constituída pelo Ato nº 19/2013 do Presidente desta Assembleia e desde logo observou a necessidade de revisão do texto legal que regulamenta matéria. Ainda, com a análise das cinco mil, oitocentas e sessenta e quatro Leis existentes sobre o tema, observou-se no Estado a falha de critérios para averiguação dos processos, gerando falta de sistematização e de norma legal mais clara.

Assim, a Comissão Especial entende ser imprescindível o rigor na avaliação para a concessão do Título de Utilidade Pública diante da relevância social e econômica dos trabalhos desenvolvidos, pelo que se pede apoio para a aprovação do presente.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 30/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 30/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta Parcialmente o Projeto de Lei nº 538/2013, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, André Bueno e da Deputada Rose Litro, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do título de utilidade pública e entidades no Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 538/2013, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, André Bueno e da Deputada Rose Litro, dispõe sobre a concessão e a manutenção do título de utilidade pública e entidades no Estado do Paraná, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 538/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **26 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 30/2013, foi exarada em data de **13 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ALEXANDRE CUNHA  
RELATOR

  
Dep. Carlos

  
Dep. Carlos

  
Dep. Henrique

  
Dep. Roberto  
**APROVADO**  
18.02.14

  
Dep. Lauriano



OF/CTL/SEEG nº 001/2014.

Curitiba, 02 de janeiro de 2014.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04-01-2014

Senhor Presidente,  
1º Secretário

**VETO Nº 01/14**

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 04-02-14

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 439/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 752/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 752/2011, de autoria parlamentar, dispõe que os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras, estacionamentos, concessionárias de veículos, empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais e demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos no Estado do Paraná ficam obrigados a instalar equipamentos para tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre do anexo Parecer Técnico nº 001/2014 - DIMAP/IAP, contrário à medida.

Ademais, o Projeto de Lei não especifica quais órgãos fiscalizariam e/ou aplicariam as sanções nele contidas caso o mesmo fosse sancionado.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 13.040.928-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:33 04/02/2014 000063 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





**Projeto de Lei nº 752/2011**  
(Autoria do Deputado Hermas Brandão Jr)

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos que ofereçam serviços de lavagem de veículos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam os postos de combustíveis, lava-rápidos, transportadoras, estacionamentos, concessionárias de veículos, empresas de ônibus urbanos intermunicipais e interestaduais e demais estabelecimentos que realizem lavagem de veículos no Estado do Paraná obrigados a instalar equipamentos para tratamento e reutilização de água usada na lavagem de veículos.

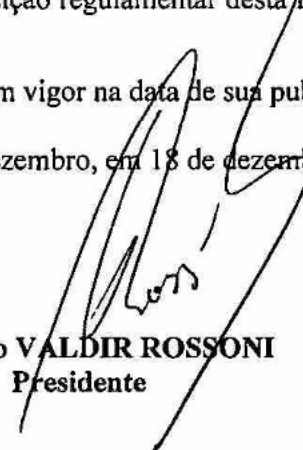
**Art. 2º** Os estabelecimentos mencionados no art. 1º terão o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação desta Lei, para implantação e aplicação do sistema de tratamento e reutilização da água.

**Art. 3º** A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator a imposição de notificação para instalação dos equipamentos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de multa no valor de 15 UPFs/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), dobrada em caso de reincidência.

**Art. 4º** Posterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de dezembro de 2013.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2014**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2014**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o projeto de lei nº 752/2011, de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos que ofereçam serviço de lavagem de veículos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 752/2011, de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior, dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos que ofereçam serviço de lavagem de veículos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo, Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



água, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 752/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **18 de Dezembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 01/2014, foi exarada em data de **02 de Janeiro de 2014**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.



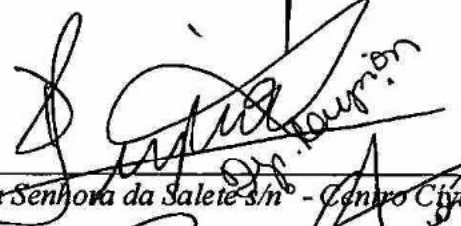
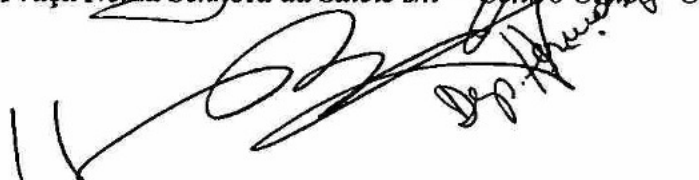
Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
**APROVADO**

18.02.14

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





OF. 117/SEGGP 471/2013  
**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 04 FEV. 2014  
1º Secretário

Curitiba, 27 de dezembro de 2013

**VETO PARCIAL 028**

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DJ para providências.

Em 04/01/14  
Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 374/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 205/2013, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 205/2012, de autoria parlamentar, objetiva obrigar os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 1º e seu Parágrafo único.

O não acolhimento aos referidos dispositivos decorre de falta de interesse público, pois, no caso em exame, ao pretender fixar "horário" para entrega de produtos ou realização dos serviços aos consumidores, caso sancionados entrariam em conflito com os demais dispositivos do Projeto de Lei em análise, pois os mesmos tratam de "períodos" e não de "horários".

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICH**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 12.003.249-6





# Lei nº. 17898



Data 27 de dezembro de 2013

## Súmula

Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

## *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º ...Vetado...**

**Parágrafo único. ...Vetado...**

**Art. 2º** Os fornecedores de bens ou serviços poderão estipular, no ato da contratação o cumprimento das suas obrigações nos turnos da manhã, tarde ou noite.

**§ 1º** Os turnos referidos no *caput* deste artigo serão assim divididos:

I – das 7h às 12h o turno da manhã;

II – das 12h às 18h o turno da tarde;

III – das 18h às 23h o turno da noite.

**§ 2º** Os fornecedores deverão informar, prévia e adequadamente, as datas e os respectivos períodos disponíveis para a entrega de produtos ou prestação de serviços, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas.

**§ 3º** Mediante convenção especial entre as partes, em separado e de forma destacada, será possível a contratação da efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou serviço no período após as 23h até as 7h.

**Art. 3º** No ato da finalização da contratação de fornecimento de bens ou da realização de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, documento com as seguintes informações:

I – identificação do estabelecimento comercial, na qual conste a razão social, o nome fantasia, o número de inscrição do CNPJ, o endereço e o número do telefone para contato;



II – descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;

III – data e período em que o produto deverá ser entregue ou prestado o serviço;

IV – endereço onde deverá ser entregue o produto ou realizado o serviço.

**Parágrafo único.** No caso do comércio a distância ou não presencial, o documento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser enviado ao consumidor, previamente à efetiva entrega do produto ou realização do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fax, correio ou outro meio indicado.

**Art. 4º** O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas no art. 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após noventa dias de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de dezembro de 2013.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil

Douglas Fabricio  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 22  
SGP

## **Projeto de Lei nº 205/2013** (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** ficam os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Paraná, obrigados a fixar data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

**Parágrafo único.** A fixação da data e hora para entrega do produto ou realização do serviço ocorrerá no ato de sua contratação.

**Art. 2º** Os fornecedores de bens ou serviços poderão estipular, no ato da contratação o cumprimento das suas obrigações nos turnos da manhã, tarde ou noite.

**§ 1º** Os turnos referidos no *caput* deste artigo serão assim divididos:

I – das 7h às 12h o turno da manhã;

II – das 12h às 18h o turno da tarde;

III – das 18h às 23h o turno da noite.

**§ 2º** Os fornecedores deverão informar, prévia e adequadamente, as datas e os respectivos períodos disponíveis para a entrega de produtos ou prestação de serviços, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas.

**§ 3º** Mediante convenção especial entre as partes, em separado e de forma destacada, será possível a contratação da efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou serviço no período após as 23h até as 7h.

**Art. 3º** No ato da finalização da contratação de fornecimento de bens ou da realização de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, documento com as seguintes informações:

I – identificação do estabelecimento comercial, na qual conste a razão social, o nome fantasia, o número de inscrição do CNPJ, o endereço e o número do telefone para contato;





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 23  
SGP

Projeto de Lei nº 205/2013

fls.2.

II – descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;

III – data e período em que o produto deverá ser entregue ou prestado o serviço;

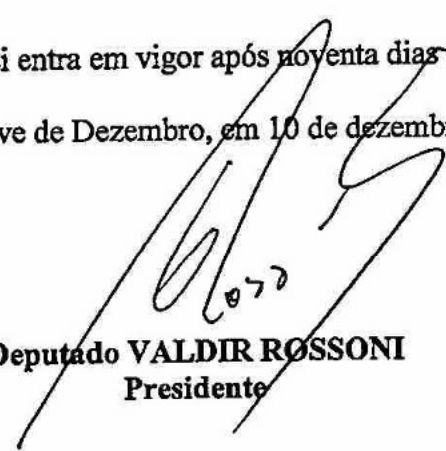
IV – endereço onde deverá ser entregue o produto ou realizado o serviço.

**Parágrafo único.** No caso do comércio a distância ou não presencial, o documento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser enviado ao consumidor, previamente à efetiva entrega do produto ou realização do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fax, correio ou outro meio indicado.

**Art. 4º** O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas no art. 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após noventa dias de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de dezembro de 2013.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 205/2013

fls.3.

Fl. 24  
SGP

## JUSTIFICATIVA

A falta de mecanismo de fixação de garantias quanto à marcação de data e hora para a entrega de mercadorias ou prestação de serviços tem causado grandes transtornos para a população que se vê, por vezes, vítima de abusos cometidos pelos seus fornecedores.

Em razão disso, os consumidores vêm sendo obrigados a aguardar o produto ou o serviço adquirido por vários dias em suas residências, com o incômodo de ter que disponibilizar alguém para o recebimento, deixando de realizar seus afazeres diários e, ainda, sem qualquer comunicação por parte do fornecedor e sem a garantia de que a entrega se efetive.

Ainda, a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso V, outorga aos Estados a competência para legislar sobre consumo, o que eiva o presente Projeto de constitucionalidade.

Por fim, a oportunidade da Lei que ora se propõe e a sua conveniência são inquestionáveis, já que atendem à necessidade de não só ser preestabelecida data a hora para a entrega de mercadorias e prestação de serviços, como também a obrigatoriedade de seu cumprimento.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 02/2014**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 02/2014**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o projeto de lei nº 205/2013, que obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 205/2013, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, tendo sido vetado





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



consumidores, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 205/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **10 de Dezembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 02/2014, foi exarada em data de **27 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2013.

Deputado Nelson Justus  
Presidente

Deputado Tadeu Veneri  
Relator do voto.

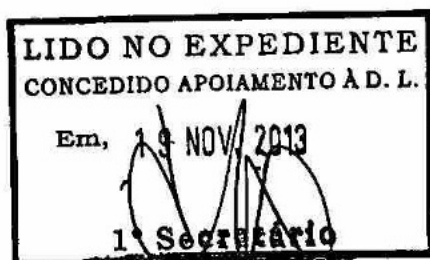
**APROVADO**

18.02.14

3

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri  
Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – gab 805  
Tel: 3350.4094 - 3254.8121 - 3253.4241 – end. eletrônico: [tadeuveneri@terra.com.br](mailto:tadeuveneri@terra.com.br)  
[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)





## PROJETO DE LEI Nº 647/2013

Altera a Lei nº 6.286/1972.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mandaguari."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional – APAE, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 6286 - 15 de Junho de 1972

**Alterado** Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 74 de 19 de Junho de 1972<sup>h</sup>

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de junho de 1972.

*Pedro Viriato Parigot de Souza*  
Governador do Estado

*Osmário Zilli*  
Secretário do Trabalho e Assistência Social

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE  
GOVERNO**



DIVERGÊNCIA - ESTADO. CNPS. COM A Lei





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 647/2013**

**Projeto de Lei nº. 647/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 6.286/1972.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.286/1972 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA EXCEPCIONAL- APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA DE EXCEPCIONAIS DOM JAYME LUIZ COELHO” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 6.286/1972 . Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na Cidade de Mandaguari.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.


Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.






**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

11. 12. 13





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 630/2013**


Altera a Lei nº 11.334, de 17 de janeiro de 1996,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 11.334, 17 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

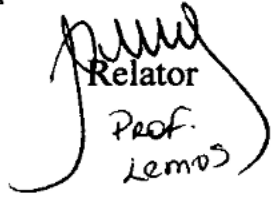
"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sertaneja, com sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procópio."

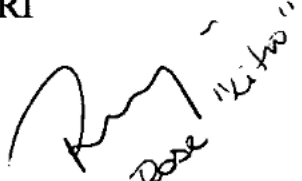
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
JONAS  
GUIMARÃES

  
Relator  
Prof.  
Lemos

  
Rose "Lito"





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 631/2013**

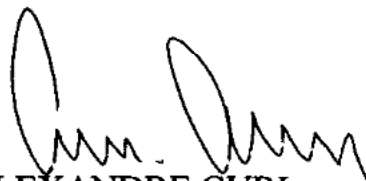
Altera a Lei nº 13.200, de 27 de junho de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 13.200, de 27 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Jonas  
Guimarães

  
Relator  
Pro

Lemos

Rose  
"Linha"





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 632/2013

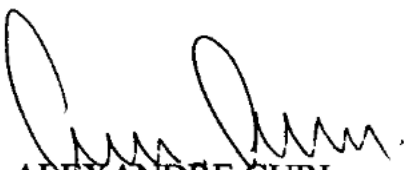
Altera a Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

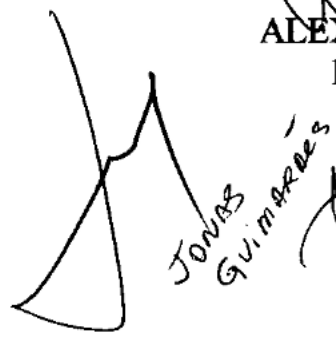
**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra."


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
JONAS GUIMARÃES

  
Relator  
Prof. Lemos

  
Raul Lino





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 633/2013

Altera a Lei nº 9.120, de 14 de novembro de 1989, de concessão de Título de Utilidade Pública.


**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.120, de 14 de novembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

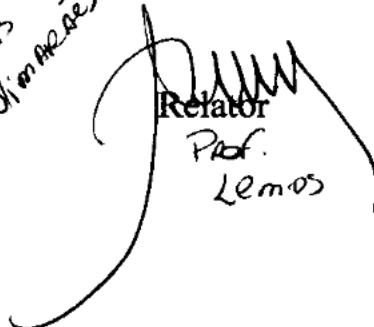
“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paçandu, com sede no Município de Paçandu e foro no Município de Maringá.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURY  
Presidente

  
JONES  
GUIMARÃES

  
Relator  
Prof.  
Lemos

  
Rose  
"Lúcio"





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 684/2013


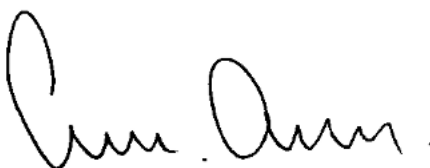
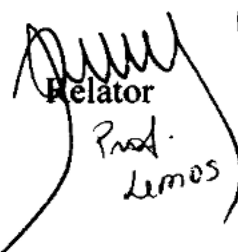

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 12.988, de 24 de novembro de 2000;
- II - Lei nº 13.142, de 11 de maio de 2001;
- III - Lei nº 13.160, de 23 de maio de 2001;
- IV - Lei nº 13.188, de 25 de junho de 2001;
- V - Lei nº 13.202, de 27 de junho de 2001;
- VI - Lei nº 13.211, de 27 de junho de 2001;
- VII - Lei nº 13.241, de 3 de agosto de 2001;
- VIII - Lei nº 13.472, de 14 de janeiro de 2002;
- IX - Lei nº 13.480, de 14 de janeiro de 2002;
- X - Lei nº 13.495, de 14 de janeiro de 2002;
- XI - Lei nº 13.893, de 25 de novembro de 2002;
- XII - Lei nº 14.244, de 27 de novembro de 2003;
- XIII - Lei nº 14.291, de 16 de fevereiro de 2004;
- XIV - Lei nº 14.378, de 29 de abril de 2004;
- XV - Lei nº 14.631, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

 *Jones Guimarães*  
 **ALEXANDRE CURI**  
Presidente  
 **Relator**  
*Prof. Lemos*  
 *Rose Lino*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 685/2013

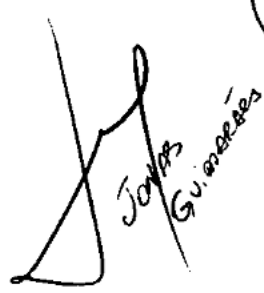
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.


**Art. 1º** Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:


- I - Lei nº 10.049, de 16 de julho de 1992;
- II - Lei nº 10.101, de 9 de outubro de 1992;
- III - Lei nº 10.242, de 8 de janeiro de 1993;
- IV - Lei nº 11.404, de 30 de maio de 1996;
- V - Lei nº 11.405, de 30 de maio de 1996;
- VI - Lei nº 11.461, de 10 de julho de 1996;
- VII - Lei nº 11.527, de 20 de setembro de 1996;
- VIII - Lei nº 11.530, de 20 de setembro de 1996;
- IX - Lei nº 11.561, de 11 de outubro de 1996;
- X - Lei nº 11.567, de 29 de outubro de 1996;
- XI - Lei nº 11.591, de 14 de novembro de 1996;
- XII - Lei nº 11.616, de 26 de novembro de 1996;
- XIII - Lei nº 11.703, de 1º de abril de 1997;
- XIV - Lei nº 11.731, de 28 de maio de 1997 e
- XV - Lei nº 11.754, de 25 de junho de 1997.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
Jonas Guimarães

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
Prof. Lemos

  
Rose "Linha"





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 686/2013





Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 11.796, de 10 de julho de 1997;
- II - Lei nº 11.798, de 10 de julho de 1997;
- III - Lei nº 11.807, de 14 de agosto de 1997;
- IV - Lei nº 11.823, de 12 de setembro de 1997;
- V - Lei nº 11.826, de 12 de setembro de 1997;
- VI - Lei nº 11.865, de 10 de novembro de 1997;
- VII - Lei nº 11.882, de 25 de novembro de 1997;
- VIII - Lei nº 11.932, de 10 de dezembro de 1997;
- IX - Lei nº 12.036, de 30 de janeiro de 1998;
- X - Lei nº 12.051, de 30 de janeiro de 1998;
- XI - Lei nº 12.132, de 29 de abril de 1998;
- XII - Lei nº 12.185, de 5 de junho de 1998;
- XIII - Lei nº 12.190, de 8 de junho de 1998;
- XIV - Lei nº 12.763, de 17 de dezembro de 1999 e
- XV - Lei nº 12.798, de 17 de dezembro de 1999."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

   
JONAS GUIMARÃES  
ALEXANDRE CURI  
Presidente  
   
Relator  
Prof. Lemos  
Rose





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## PROJETO DE LEI 763/13

**SÚMULA:** Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme especifica e adota outras providências.

### I - CONCEITOS GERAIS

**Art. 1º** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, quando se revelar necessário ao interesse da Justiça e mediante requisição do Corregedor-Geral da Justiça, convocar servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para:

- I – integrar equipes de trabalho destinada a formação de forças tarefas, atividades de treinamento e outras atribuições correlatas, vinculados à Corregedoria-Geral da Justiça.
- II – integrar equipes de reforço às equipes de trabalho tratadas no inciso antecedente, com vistas a reforçar e apoiar as atividades desenvolvidas pelas equipes de trabalho;
- III – atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos,





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Equipe de trabalho o agrupamento de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, destinado a atuação nas finalidades descritas no inciso I, do artigo 1º desta Lei.

II - Equipe de reforço a equipe adicional de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição que passa a integrar em caráter eventual o funcionamento da equipe de trabalho, com objetivo de prestar-lhe colaboração.

III - Servidor auxiliar o servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição convocado para auxiliar a Corregedor-Geral da Justiça, por período determinado, nas finalidades descritas no inciso III, do artigo 1º desta Lei.

## II - DAS EQUIPES DE TRABALHO

**Art. 3º** O servidor convocado nas hipóteses do artigo 1º, inciso I, comporá equipes de trabalho e permanecerá lotado em Direção de Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, e designado para a ESCOLA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA ESTADUAL DO PARANÁ – ESEJE e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Art. 4º** Serão convocados até o limite de 6 (seis) Analistas Judiciários e 15 (quinze) Técnicos Judiciários para comporem as equipes de trabalho, escolhidos dentre os servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição lotados na Comarca da Região Metropolitana Curitiba.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 5º** O servidor será convocado para compor equipes de trabalho por prazo determinado, renovável conforme o interesse da Administração, pelo período máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por idêntico período uma única vez.

**§ 1º** O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação ou função comissionada adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

**§ 2º** Preferencialmente, a cada 2 (dois) anos, 50% (cinquenta por cento) do contingente de servidores convocados para compor equipes de trabalho serão renovados, de modo a manter o constante rodízio e reciclagem profissional.

## III - DA EQUIPE DE REFORÇO

**Art. 6º** O servidor convocado nas hipóteses do artigo 1º, inciso II, comporá equipes de reforço e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Parágrafo único.** Os servidores convocados para compor as equipes de reforço serão escolhidos, preferencialmente, dentre os servidores da comarca em que a atividade da convocação se realizar ou de comarcas contíguas, em quantidade que se demonstrar necessária, mediante ato fundamentado.

**Art. 7º** As equipes de reforço são compostas por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, escolhidos dentre todos os servidores do Judiciário Paranaense, para atuarem por prazo certo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por idêntico período por uma única vez.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**§ 1º** O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

**§ 2º** O servidor que durante o período de convocação estiver percebendo função comissionada de Chefe de Secretaria ou Supervisão continuará percebendo a gratificação correspondente durante o período em que estiver convocado.

## IV - DO SERVIDOR AUXILIAR

**Art. 8º** O servidor convocado na hipótese do artigo 1º, inciso III, atuará como auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Parágrafo único.** Poderão ser convocados até 8 (seis) servidores para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça.

**Art. 9º** O servidor auxiliar será escolhido dentre os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, com atuação durante o período máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por idêntico período por uma única vez.

**Art.10** São requisitos mínimos exigidos do servidor convocado para atuar como servidor auxiliar:

I - Não estar respondendo a processo disciplinar ou ter sido apenado com penalidade disciplinar nos últimos 2 anos.

II - deter conhecimento específico sobre área afeta a serviço do 1º grau de Jurisdição.

III – possuir conhecimento de Gestão Judiciária.

IV - Conhecer e operar os Sistemas Processuais de 1º Grau de Jurisdição.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**V – Ser portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas.**

**Art.11** Ao servidor convocado na condição de servidor auxiliar será concedida função comissionada de servidor auxiliar com valor fixo mensal.

**§ 1º** A percepção da gratificação de servidor auxiliar não exclui o direito ao recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

**§ 2º** O número de funções comissionadas e seus valores são definidos no Anexo desta Lei.

**§ 3º** Durante o período de concessão da função comissionada de servidor auxiliar cessará o pagamento de função comissionada de Direção de Secretaria ou Supervisão e da indenização de transporte eventualmente concedida ao servidor convocado na forma do caput deste artigo.

## V – DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12** As convocações serão regulamentadas por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 13** A forma de atuação e as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores convocados nos termos da presente lei será objeto de regulamentação mediante ato do Corregedor-Geral da Justiça.

**Art. 14** O artigo 18 da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 18. É vedada a designação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em função comissionada prevista para o 1º Grau de Jurisdição, bem como de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná para qualquer função comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça;*





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*salvo no caso específico do servidor auxiliar convocado para atuar na Corregedoria-Geral da Justiça, nas hipóteses definidas em lei.*

**Art. 15** O Anexo II da Lei Estadual nº Lei 17.474, de 2 de Janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido, ao final de sua última linha, com a redação abaixo:

Servidor Auxiliar	FC-06	Auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos, atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.	Exclusivamente por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição de Técnico Judiciário ou Analista Judiciário	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas	8
-------------------	-------	---	---	---	---

**Art. 16** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Art. 17** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

A Corregedoria-Geral da Justiça desempenha importante papel no aprimoramento do Poder Judiciário. Através da constante inspeção dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial do Estado do Paraná (art. 14<sup>1</sup> do CODJ/PR), a Corregedoria conhece das dificuldades e irregularidades enfrentadas nas Comarcas ou Foros e, com o auxílio da douta Presidência do Tribunal de Justiça, propõe medidas para saná-las.

Sabidamente, a função correicional não se presta a unicamente aplicar penalidades aos Magistrados e servidores, mas também orientar as atividades desenvolvidas em primeiro grau de jurisdição e, constantemente, buscar meios para tornar mais célere e eficiente a prestação jurisdicional.

Denota-se daí a relevância da atividade correicional para, em um primeiro momento, descobrir rapidamente as falhas nos serviços de primeiro grau de jurisdição e, em um segundo momento, propor ações para corrigi-las, que podem implicar, a exemplo, na simples, porém constante revisão das normativas expedidas pela Administração ou na adoção de medidas efetivas e concretas, como mutirões e forças tarefas.

Os dados coletados pela Corregedoria-Geral da Justiça têm demonstrado haver em algumas unidades de 1º grau um excessivo número de processos represados, mas sem que haja número de feitos distribuídos mês a mês em volume suficiente a justificar a criação de nova vara ou desmembramento de determinada matéria para uma nova unidade.

As causas do retardamento na prolação de sentenças podem decorrer de diversos fatores, tais quais (i) a falta de juiz que titularize determinada vara por longo tempo; (ii) o acréscimo da distribuição por fatores meramente sazonais (em decorrência de planos econômicos, catástrofes naturais), dentre outras causas.

Em tais casos, e diante da urgência com que determinadas medidas devem ser adotadas, a proposta mais eficiente e econômica consiste em alocar mão de obra de Magistrados e Servidores em caráter excepcional e temporário, com o intuito de aplicar esforços concentrados na diminuição do acervo processual em trâmite. Há também casos em que não é necessário o deslocamento, porque o que se observa é a paralisação de processos conclusos para sentença por prazos excessivos.

<sup>1</sup> "Art. 14. A Corregedoria-Geral da Justiça, que tem como incumbência a inspeção permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial, terá sua competência e atribuições estabelecidas no Regimento Interno."





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Destarte, para dar cumprimento ao princípio constitucional que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, "a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, LXXVIII da CF/88), torna-se necessário que equipe de magistrados possam receber os processos em atraso, sejam físicos ou virtuais, e sentenciá-los, sem que seja necessário o deslocamento de equipes, resultando em maior eficiência e economicidade.

Atento a esta realidade, mediante a Resolução nº 21/2007, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por seu Órgão Especial, já possibilitava ao Presidente do Tribunal de Justiça a faculdade de designar, no mínimo, seis (06) Juizes de Direito Substitutos da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para atuarem com exclusividade e jurisdição plena nos feitos que lhes fossem atribuídos pela Corregedoria-Geral de Justiça e que não estivessem enquadrados no art. 132 do CPC.

Todavia, era necessário disciplinar por meio de lei os aspectos gerais dessas convocações, para que casos de desvio de função ou atribuições fossem evitados, bem como diante da necessidade de criação, em determinado caso, de gratificação específica a estimular e incentivar o **servidor auxiliar** a incentivados a aprimorar seu desempenho em prol do Poder Judiciário.

Diante deste panorama, o escopo deste Anteprojeto de Lei é otimizar a atividade correicional, de modo a permitir a convocação de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrarem **equipe de trabalho, equipe de reforço** e atuarem na condição de **servidor auxiliar** para prestarem auxílio ao Corregedor-Geral da Justiça.

## 1. EXPERIÊNCIA

O fator determinante que leva a Corregedoria-Geral da Justiça a optar pela convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para auxiliá-la na realização de inspeções virtuais, forças-tarefas, comissões e grupos de trabalho, é sua experiência, pois, os servidores referidos, efetivamente, são a ligação entre a Administração do Tribunal de Justiça e o jurisdicionado.

Inúmeros servidores de primeiro grau de jurisdição (escrivães, técnicos de secretaria, analistas judiciários, técnicos judiciários, entre outros) adquiriram, ao longo dos anos e árduo trabalho, vasta experiência na rotina cartorária e na utilização dos sistemas informatizados (diversos





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



daqueles utilizados pela Administração do Tribunal de Justiça), cujos conhecimentos se revelam úteis à Corregedoria-Geral da Justiça.

Com efeito, aqueles servidores que atuam diariamente na Escrivania / Secretaria, e que se destacam por sua presteza e organização, podem contribuir com sua experiência diária, sugerindo melhorias no Código de Normas, nos sistemas informatizados adotados pelo Tribunal de Justiça, bem como, podem auxiliar em inspeções, correções e forças-tarefas em outras unidades jurisdicionais.

Além de ser possível que esses servidores integrem **equipe de trabalho** e **equipe de reforço**, o presente Anteprojeto prevê a figura do **servidor auxiliar**, que atuará com exclusividade perante a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, elaboração de normas, projetos na área de sua competência e aptidão, manuais operacionais, dentre outras atribuições correlatas e contribuirá com a sua experiência e conhecimento para o aprimoramento da Gestão Cartorial e dos Sistemas Processuais de 1º Grau de Jurisdição.

## 2. ESTÍMULO

Com a consecução deste projeto, almeja-se estimular os servidores do quadro de pessoal do 1º Grau de Jurisdição, eis que, ante a possibilidade de os melhores servidores serem convocados para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça, com o recebimento da respectiva gratificação, espera-se que se sintam valorizados e incentivados a aprimorar seu desempenho em prol do Poder Judiciário.

Por esse motivo o artigos 14 do presente Anteprojeto propõe a alteração do artigo 18 da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, para criar 08 "funções comissionadas de **servidor auxiliar**"; e o art. 15 a inserção, ao ANEXO II ("FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ") de referida lei, de uma última linha, com a redação abaixo:

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	SIMBOLOGIA	ATRIBUIÇÕES	CARGOS COMPATÍVEIS	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
		Auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de sistemas, na elaboração de			





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Servidor Auxiliar	FC-06	normas e manuais de rotinas judiciais em serventias de 1º grau de jurisdição, em projetos na área de sua competência e aptidão, em inspeções e correições, auxiliar as atividades da execução penal e do monitoramento das medidas cautelares penais, as atividades de coleta e monitoramento de dados estatísticos, atuar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC no desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de 1º Grau de Jurisdição, dentre outras atribuições correlatas.	Exclusivamente por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição de Técnico Judiciário ou Analista Judiciário	Portadores de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas	8
-------------------	-------	---	---	---	---

### 3. SIMETRIA

A proposta de convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça teve como inspiração a possibilidade de o Presidente designar Juiz de Direito para auxiliar os trabalhos da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (art. 14<sup>2</sup>, inc. XVII e parágrafo único).

<sup>2</sup> **Art. 14.** São atribuições do Presidente:

[...]

**XVII.** designar:

a) Juízes para as Comarcas ou Varas em regime de exceção, ou para atenderem mutirões ou substituições, com delimitação das respectivas competências, bem como nos casos de impedimento ou suspeição em que não estiver preenchido o cargo de substituto ou se este também se declarar suspeito ou impedido;

b) Juízes auxiliares da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça;

c) Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau para substituir Desembargador;

d) Desembargador para substituir membro titular do Órgão Especial em férias ou em licença;

e) Juiz de Direito para exercer a Direção do Fórum das Comarcas de entrância final;

[...]





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Como é sabido, a Corregedoria-Geral da Justiça e a Corregedoria dispõem atualmente de oito (08) magistrados designados para o desempenho da atividade correicional.

Esses magistrados convocados, sob a supervisão do Corregedor-Geral da Justiça e/ou do Corregedor da Justiça, realizam correições e inspeções nas unidades judiciárias do Estado, bem como nos magistrados e servidores que atuam nas respectivas escritanias/secretarias. É a experiência desses magistrados convocados que aprimora, enriquece e oxigena a atividade de seus pares.

Em simetria, a Corregedoria-Geral da Justiça busca trazer esse modelo de atividade correicional realizada nos magistrados que atuam em primeiro grau de jurisdição para o plano de correições e inspeções dos servidores de primeiro grau de jurisdição. Assim, os servidores convocados, destacados pelo notável conhecimento em processo eletrônico e prática cartorária e segundo a área de atuação, irão compor a assessoria correicional, por período de tempo determinado, sendo supervisionados pelos Juízes Auxiliares e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

## 4. ECONOMIA

É digno de destaque que a presente proposta trará economia ao Poder Judiciário.

A atual organização judiciária do Estado do Paraná<sup>3</sup> aponta 80 (oitenta) comarcas de entrância inicial, 45 (quarenta e cinco) comarcas de entrância intermediária e 18 (dezoito) comarcas de entrância final, sendo 3 (três) delas regiões metropolitanas compostas por 20 (vinte) foros, totalizando 160 (cento e sessenta) Comarcas ou Foros.

Como se denota do art. 18<sup>4</sup> do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, para a visita mínima exigida anualmente e, considerando a média

---

**Parágrafo único.** A designação de Juiz de Direito da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para auxiliar os trabalhos da cúpula diretiva do Tribunal, de que trata o inciso XVII, alínea b, deste artigo, dar-se-á mediante indicação do dirigente, pelo prazo do respectivo mandato, permitida uma prorrogação, com a seguinte limitação:

I. dois Juízes para auxílio à Presidência;

II. um Juiz para auxílio a cada Vice-Presidência;

III. oito Juízes para auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça e à Corregedoria. (Redação dada pela Resolução nº 08/2012 do Tribunal Pleno - e-DJ de 14/05/2012)."

<sup>3</sup> Anexo I do Código de Organização e Divisão Judiciárias.

<sup>4</sup> "Art. 18. Anualmente, o Corregedor-Geral da Justiça visitará, obrigatoriamente, pelo menos sessenta Comarcas ou Varas em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias gerais ou parciais e das inspeções correicionais que entenda





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

anual de 230 dias úteis<sup>5</sup>, deveria ocorrer uma correção ao menos a cada 03 (três) dias. Fatores como outras inúmeras atribuições da Corregedoria (art. 21 do RITJPR), bem como o grau de dificuldade em algumas correções em razão do elevado número de serventias a serem inspecionadas, tornam a atividade correicional ainda mais árdua.

Para se alcançar a meta legalmente posta, seria necessário criar, aproximadamente, mais trinta (30) cargos de assessores correicionais, os quais são em comissão de livre provimento, de simbologia DAS-5, cuja remuneração básica é de R\$ 4.936,03<sup>6</sup>.

Na presente proposta, os servidores convocados para compor **Equipe de trabalho e Equipe de reforço** não farão jus a qualquer gratificação adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias, como diárias. Mas para estimular a colaboração - e no caso específico dos servidores convocados para atuar nas equipes de reforço por 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período -, previu-se que durante o período de convocação, o servidor que estiver percebendo função comissionada de Chefia de Secretaria ou Supervisão; continuará percebendo a gratificação correspondente durante o período da convocação.

Essa economia ainda é perceptível no caso de convocação de servidor para integrar força-tarefa destinada a regularizar determinada unidade judicial que muitas vezes se encontra obstruída em razão de desorganização cartorária. De fato, nessas situações a providência atualmente buscada se resume na designação de mais servidores para a unidade obstruída, circunstância que não é a recomendável, já que não é o *déficit* de servidores o problema principal e sim a desorganização da escrivania/secretaria.

Assim, identificada a situação acima narrada, ao invés do Tribunal de Justiça expender recursos com a designação de servidores efetivos, cuja menor remuneração básica - do Técnico Judiciário - corresponde a R\$ 3.862,72<sup>7</sup>, despenderá apenas as diárias correspondentes ao período de duração da atividade, ou seja, de forma transitória.

Como consequência, evitar-se-ão unidades judiciais com inúmeros servidores, por vezes desnecessários, priorizando-se a reestruturação da metodologia cartorária, à semelhança do que faz o Conselho Nacional de

*fazer, ou haja de realizar por determinação do Órgão Especial ou do Conselho da Magistratura.*

**Parágrafo único.** Serão feitas anualmente em Varas das Comarcas de entrância final, inclusive na da Região Metropolitana de Curitiba, pelo menos dez inspeções correicionais."

<sup>5</sup> No cômputo foi subtraído o período médio de recesso (20 dias).

<sup>6</sup> Conforme Anexo da Lei Estadual nº 17.250/2012.

<sup>7</sup> Conforme PL 639/2012.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Justiça, através do "Projeto Eficiência", que, exemplificativamente na Comarca de Maringá, executou os seguintes procedimentos<sup>8</sup>:

- *organização cartorária;*
- *formação de método de divisão de tarefas equilibrado e uniforme;*
- *padronização de procedimentos operacionais;*
- *avaliação dos resultados e produtividade.*

É imperioso, portanto, que a Corregedoria disponha de meios materiais para, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, formar forças-tarefas para regularização e orientação das unidades judiciárias.

Outra forma de atuação de servidores convocados é aquela prevista no inciso III, do artigo 1º, ou seja, a de **servidor auxiliar**. Para estimular o **servidor auxiliar**, criam-se (08) oito funções comissionadas de **servidor auxiliar, simbologia FC-06**, que segundo os atuais paradigmas remuneratórios previstos no ANEXO III da Lei Estadual nº Lei 17474, de 2 de Janeiro de 2013, com os valores estabelecidos pelo Anexo III da Lei 17584 de 04 de Junho de 2013, correspondem ao valor de R\$ 1.437,00 (hum mil quatrocentos e trinta e sete reais), simétricas às gratificações de função existentes no 2º Grau de Jurisdição para tarefas assemelhadas.

Para que não se institucionalizem desvios de lotação, tendo em vista que o § 2º do artigo 14 da Lei Estadual nº 16.024/2008 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ) veda a nomeação para cargo de provimento em comissão e a lotação no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, dos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição; os servidores convocados, em todas as modalidades de convocação de que trata este Anteprojeto permanecerão lotados nas unidades de origem, porém designados e subordinados ao Corregedor-Geral da Justiça.

As convocações dar-se-ão por ato do Presidente do Tribunal de Justiça (art.1º) e serão por ele regulamentadas (Art.12).

O artigo Art. 3º da Resolução nº 21/2007 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dispõe:

*Art. 3º - O Corregedor-Geral da Justiça regulamentará, mediante provimento, a forma de atuação dos magistrados e servidores designados.*

<sup>8</sup> Artigo 1º da Portaria nº 40/2012 do CNJ.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 1º - A participação dos magistrados e servidores nos regimes de mutirão disciplinados pela Corregedoria-Geral será anotada em seu histórico funcional.

§ 2º - Os bacharéis em direito designados para auxílio aos juízes terão reconhecido o tempo de atuação para os fins do art. 93, inc. I, da Constituição Federal.

Por essa razão que o artigo 13 do Anteprojeto estabeleceu que "A forma de atuação e as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores convocados nos termos da presente lei será objeto de regulamentação mediante ato do Corregedor-Geral da Justiça".

## 5. METAS

A Corregedoria-Geral da Justiça, além das Metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça para as Corregedorias, sobretudo a Meta nº 06<sup>9</sup>, estipulou para a atual gestão (2013-2014) dezesseis (16) Metas, todas voltadas para o primeiro grau de jurisdição, que são detalhadas no documento que segue essa justificativa.

Além dessas metas, na área de informática, a Corregedoria-Geral da Justiça pretende realizar, dentre outros, os seguintes projetos, que necessitam de auxílio de servidores do quadro de pessoal do 1º Grau de Jurisdição, pelas razões outrora expostas:

<b>PROJETO</b>	Sistema de Correções e Inspeções
<b>OBJETIVO</b>	- Desenvolvimento de sistema que permita à Corregedoria a realização de correções e inspeções, gerando relatório estatístico que compile as informações de processos físicos e eletrônicos. - Desenvolvimento de sistema de inspeção ao magistrado, gerando relatório estatístico da secretaria que compile as informações de processos físicos e eletrônicos.

<b>PROJETO</b>	Alvarás Eletrônicos
<b>OBJETIVO</b>	- Desenvolvimento da ferramenta de Alvará Eletrônico em parceria com a Caixa Econômica Federal

<sup>9</sup> Meta 6 - Realizar, anualmente, correção em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem.

Realizar, anualmente, independente de norma interna, inspeções ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção. Cada comarca deverá ser correccionada ao menos a cada 2 (dois) anos.





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

<b>PROJETO</b>	PROJUDI Execução Penal
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Implantação do Sistema PROJUDI na área de Execução Penal</li><li>- Desenvolvimento do Sistema com fluxos automatizados</li><li>- Desenvolvimento de módulo de controle de penas alternativas</li><li>- Desenvolvimento de controle biométrico</li><li>- Criação de perfis para entidades que controlem o cumprimento de penas alternativas</li></ul>

<b>PROJETO</b>	PROJUDI Criminal
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento do Inquérito Eletrônico</li><li>- Desenvolvimento do Sistema com fluxos automatizados</li><li>- Melhorias nos controles de réu preso e prescrição</li><li>- Desenvolvimento do controle de Fiança</li><li>- Desenvolvimento de módulo de recolhimento de armas de fogo</li><li>- Melhoria no controle de bens apreendidos</li><li>- Melhoria no módulo de sentença</li><li>- Remessa eletrônica de laudos</li><li>- Criação da área de competência do Júri</li><li>- Criação dos incidentes processuais</li><li>- Integração com o CNJ</li><li>- Integração do E-Mandado e Alvará Eletrônico ao PROJUDI</li><li>- Requisição Eletrônica de Presos</li><li>- Requisição Eletrônica de Policiais</li></ul>

<b>PROJETO</b>	PROJUDI Plantão Judiciário
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento de área relativa ao Plantão Judiciário</li></ul>

<b>PROJETO</b>	Videoconferência
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Instalação das salas de videoconferência</li></ul>

<b>PROJETO</b>	Sistema de Guias
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Controle de todas as guias emitidas, com integração ao PROJUDI</li></ul>

<b>PROJETO</b>	Digitalização de Processos Físicos
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Alocação de equipamentos para as Varas de Execução Penal para digitalização do acervo</li></ul>

<b>PROJETO</b>	Sistema de Gravação de Depoimentos
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento do sistema para evitar gravação e remessa de CD-Rom</li></ul>

<b>PROJETO</b>	Conselho da Comunidade / Patronato
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento de perfil que permita o controle de penas alternativas</li><li>- Desenvolvimento de sistema para prestação de contas</li></ul>





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



<b>PROJETO</b>	Cadastro de Síndicos / Peritos / Leiloeiros
<b>OBJETIVO</b>	- Desenvolvimento de sistema que condense informações de processos físicos e virtuais

<b>PROJETO</b>	Jurado Voluntário
<b>OBJETIVO</b>	- Finalização do projeto de jurado voluntário

<b>PROJETO</b>	Leilão eletrônico
<b>OBJETIVO</b>	- Desenvolvimento de sistema para viabilizar leilão eletrônico nos processos de execução e de cumprimento de sentença, na forma do Código de Normas e artigo 689-A do Código de Processo Civil

<b>PROJETO</b>	AR Digital
<b>OBJETIVO</b>	- Agilizar o trâmite de envio de correspondências com a implementação do AR Digital dos Correios

<b>PROJETO</b>	Perfil do Notário / Registrador no PROJUDI
<b>OBJETIVO</b>	- Criação de perfil para os agentes delegados, para que ajuízem ações e recebam comunicações diretamente pelo sistema PROJUDI

<b>PROJETO</b>	Distribuição Automática pelo PROJUDI
<b>OBJETIVO</b>	- Implantação de Distribuição Automática pelo PROJUDI em todas as Comarcas e áreas de competência

Para que todas essas Metas sejam alcançadas de forma satisfatória, bem como se possam desenvolver os inúmeros projetos e ações da Corregedoria-Geral, é imprescindível o auxílio imediato de servidores convocados de primeiro grau de jurisdição.

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 09 de dezembro de 2013.

Registre-se que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais) para o exercício de 2013, R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2013, a despesa de pessoal situou-se em 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 11 de dezembro de 2013.  
Of. nº 1.410/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 11/12/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 11 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para integrar comissões e grupos de trabalho, bem como auxiliar em forças-tarefas, correições e inspeções, visando otimizar os trabalhos da Corregedoria-Geral da Justiça, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre a convocação de servidores de primeiro grau de jurisdição para integrar comissões e grupos de trabalho, bem como auxiliar em forças-tarefas, correições e inspeções, visando otimizar os trabalhos da Corregedoria-Geral da Justiça, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 11 de dezembro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/2013**

Projeto de Lei nº. 763/13  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, força tarefas, comissões, correções e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme específica e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATIVIDADE ESPECÍFICA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. LEI ESTADUAL N.17.474/2013. COMPATIBILIDADE ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de Lei ora apresentado, tem objetivo de possibilitar a utilização de servidores de 1º grau em atividades extraordinárias como força tarefas, comissões, correções e inspeções, assim como para atuar como Servidores auxiliares na Corregedoria-Geral





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça. Analisando o conteúdo material do projeto apresentado, nota-se que não existe óbice legal para o prosseguimento do feito, nem tampouco qualquer vício de constitucionalidade que enseje sua rejeição.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. "

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. "

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição." (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, nesta esteira, por se tratar de projeto de lei onde se pretende organizar a estrutura administrativa interna do Tribunal de Justiça, afere-se a constitucionalidade do mesmo:

Art. 96. Compete privativamente:  
(...)  
II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo, respectivo, observado o disposto no art. 169:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

(...)  
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;" (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

"Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:  
I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:  
(...)  
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;"

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEP. ALEXANDRE CURI**  
Relator

**APROVADO**

16.12.13





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.410/2013, que dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme especifica.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa e a competência privativa de leis dessa natureza. Ainda a Constituição Federal em seu art. 96, assegura ao Tribunal de Justiça a competência privativa para matérias dessa natureza.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Assevera o autor, que os custos do presente projeto são estimados em aproximadamente R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para o exercício de 2013, R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Encontra-se anexo à Proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a Proposta apresenta adequação com a Lei Orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei, estão em conformidade com aos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal)

**CONCLUSÃO**

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 763/2013, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

19/02/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

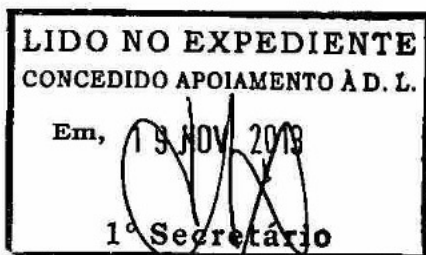
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

DER. ENIO

DER. WILSON

Paulo  
DER. ACIOLI





## PROJETO DE LEI Nº 648 /2013

Altera a Lei nº 12.287/1998.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**  
MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**  
MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**  
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**  
MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Fênix. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 12287 - 18 de Agosto de 1998

**Alterado** Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5324 de 28 de Agosto de 1998

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Fênix.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Fênix.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de agosto de 1998.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



Foro Engenheiro Beltrão





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 648/2013**

**Projeto de Lei nº 648/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula:** *Altera a Lei nº 12.287/1998.*

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.287/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.287/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Fênix.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Fênix" para "sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:





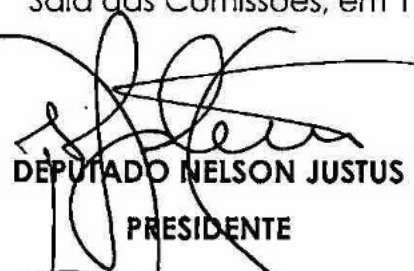
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


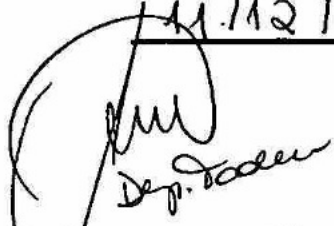
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

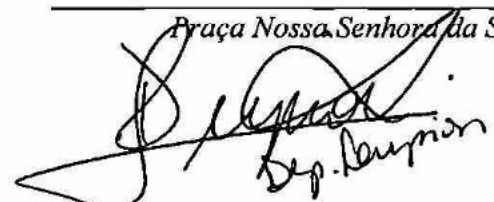
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

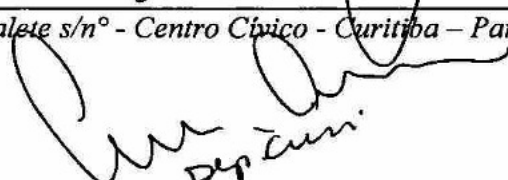
  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
APROVADO

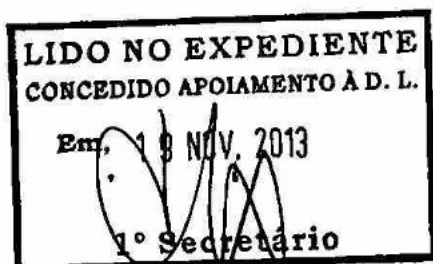
11.112.113

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Mourão

  
Dep. Furim





## PROJETO DE LEI Nº 649 /2013

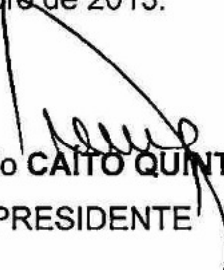
Altera a Lei nº 10.583/1993.

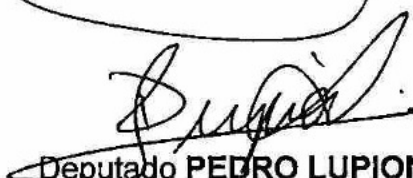
**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 10.583, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Matelândia."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

  
Deputado **CAIO QUINTANA**  
PRESIDENTE

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 10.583, de 13 de dezembro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Escola Especializada “Jesus Menino”. Contudo, houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE

**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 10583 - 13 de Dezembro de 1993

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 4157 de 13 de Dezembro de 1993

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Escola Especializada "Jesus Menino" no município de Matelândia-Pr.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Escola Especializada "Jesus Menino" no município de Matelândia-Pr. \*

☐ **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 13 de dezembro de 1993.

Roberto Requião  
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Alt. Denominação:

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

CNPJ ? 77838300000107



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO

topo





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 649/2013**

**Projeto de Lei nº. 649/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula:** *Altera a Lei nº 10.583/1993.*

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.583/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE, ESCOLA ESPECIALIZADA JESUS MENINO" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE " – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.583/1993. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, escola especializada "Jesus Menino" no Município de Matelândia- PR.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, escola especializada Jesus Menino" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.


Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
APROVADO

11.12.13





## PROJETO DE LEI Nº 650/2013

Altera a Lei nº 10.840/1994.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 10.840, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Porecatu.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

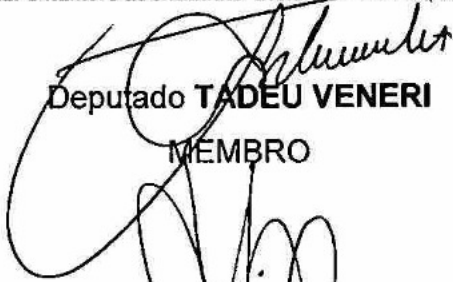
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



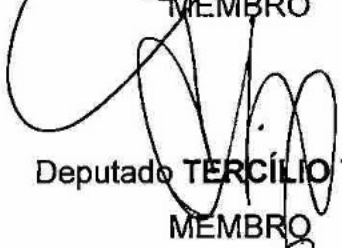


**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 10.840, de 5 de julho de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior. Contudo, houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

## Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 10840 - 05 de Julho de 1994

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 4298 de 5 de Julho de 1994

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior, com sede e foro na cidade de Porecatu - Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior, com sede e foro na cidade de Porecatu - Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 1994.

Mário Pereira  
Governador do Estado

Newton Sérgio Ribeiro Grein  
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

*Denominação*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 650/2013**

Projeto de Lei nº. 650/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

**Súmula: Altera a Lei nº 10.840/1994.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.840/1994 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL JORGE RUDNEY ATALLA JUNIOR” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.840/1994. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior, com sede e foro na Cidade de Porecatu- Estado do Paraná.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer**  
**membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais**  
**e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**  
**arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase**  
**de sua tramitação.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

*Luiz Carlos*  
*Dep. Carlos*

*[Assinatura]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

APROVADO  
11/12/13

*[Assinatura]*  
*Dep. Turiani*

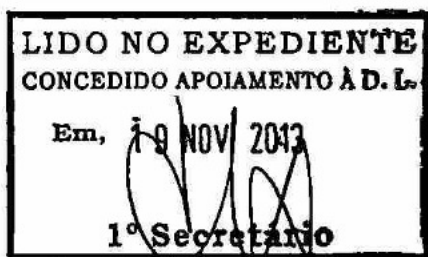
*[Assinatura]*  
*Dep. Auri*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

*[Assinatura]*  
*Dep. Laurion*

*[Assinatura]*  
*Dep. Tadeu*





## PROJETO DE LEI Nº 651/2013

Altera a Lei nº 15.683/2007.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 15.683, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança Especial de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 15.683, de 27 de novembro de 2007 concedeu o título de Utilidade Pública ao Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC. Contudo, houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Núcleo de Apoio à Criança Especial de Curitiba.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 651/2013**

**Projeto de Lei nº. 651/2013**

**Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula: Altera a Lei nº 15.683/2007.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.683/2007 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA EXCEPCIONAL DE CURITIBA-NACEC” PARA “NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA ESPECIAL DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 15.683/2007. Súmula:** Declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba- NACEC, com sede e foro no Município de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação do “Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba- NACEC” para “Núcleo de Apoio à Criança Especial de Curitiba”, conforme consta sua razão social.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Arl. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Arl. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer**  
**membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais**  
**e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**  
**arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase**  
**de sua tramitação.**  
**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a**  
**competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e**  
**do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob**  
**a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



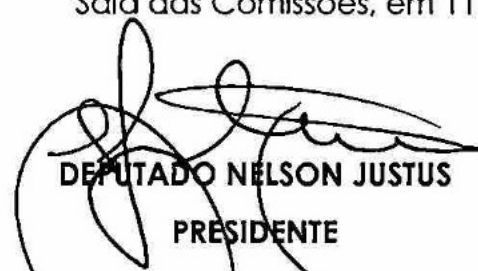
Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

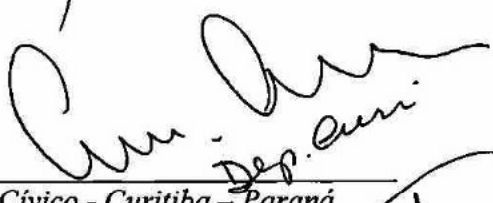
  
Dep. Turini

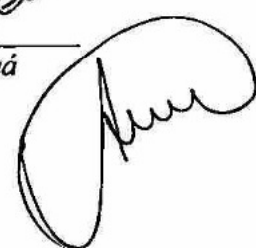
  
Dep. Cabral

**APROVADO**

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Traiano

  
Dep. Auri

  
Dep. Lauriano





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 1.º DEZ. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 744 /2013

Altera a Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Jataizinho e foro no Município Ibiporã.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jataizinho. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Jataizinho e foro no Município de Ibiporã, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 744/2013**

**Projeto de Lei nº. 744/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.404/1980 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

**Lei 7.404/1980. Súmula:** Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JATAÍZINHO, com sede e foro na cidade de Jataízinho.

O projeto pretende modificar a "sede e foro da Cidade de Jataízinho" para "sede no Município de Jataízinho e foro no Município de Ibiporã".





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

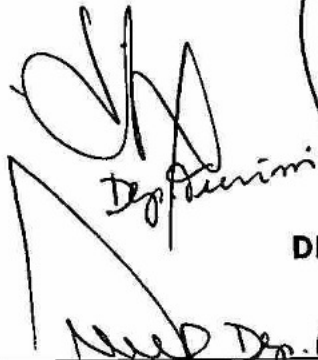
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
**APROVADO**

**17.12.13**

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
  
**Dep. Pastor**  
**Dep. Tadeu**

  
**Dep. Raymundo**





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## **PROJETO DE LEI 802/13**

**Súmula:** Dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

### **CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DAS CARREIRAS**

**Art. 1º** As carreiras do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR denominam-se:

**I** - Carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, composta pelos cargos de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, Assistente em Ciência e Tecnologia e Analista em Ciência e Tecnologia, sendo cada cargo estruturado em 3 (três) classes compostas por 15 (quinze) referências salariais contínuas, em ordem de valores crescentes, compostos por funções multiocupacionais;

**II** - Carreira Técnico-Científica, composta pelo cargo de Pesquisador, estruturado em 3 (três) classes compostas por 15 (quinze) referências contínuas, em ordem de valores crescentes, composto por função singular.

**§ 1º** Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público correspondente ao conjunto de atribuições semelhantes quanto a sua natureza e complexidade.

**§ 2º** Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo, podendo ser singular ou multiocupacional.

**§ 3º** Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica na carreira, no cargo e na classe.

**§ 4º** Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica na carreira, no cargo e na classe.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 5º** Classe é o escalonamento hierárquico do agrupamento de funções vinculadas à crescente exigência do nível de complexidade, grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, constituindo-se a linha natural de crescimento do servidor no cargo.

**Art. 2º** A disposição da estrutura, a quantidade de vagas e os requisitos mínimos de escolaridade para ingresso, de acordo com as carreiras, cargos e classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores constam no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** As classes que compõe os cargos da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e as classes que integram o cargo da carreira Técnico-Científica são sobrepostas, tendo a classe imediatamente superior valores integrantes ou próximos à classe imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com intervalo de 3,6% (três vírgula seis por cento) entre uma referência salarial e a seguinte.

**Art. 3º** A correlação das carreiras com os respectivos cargos, classes e funções, estabelecida pela Lei Estadual nº 15.179/2006 e a presente Lei encontra-se disposta na forma do Anexo II desta Lei.

**Art. 4º** A jornada de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar, de Assistente e de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e no cargo de Pesquisador da Carreira Técnico-Científica é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico constante do Anexo III desta Lei.

**Art. 5º** A jornada de trabalho dos servidores que atuam em atividades ou em locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação específica vigente.

**Art. 6º** A definição das atribuições do servidor e das funções dos cargos, e demais especificações constará no Perfil Profissional dos cargos e que será elaborado em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa do IAPAR, em conformidade com as necessidades institucionais.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 7º** O provimento do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia dar-se-á na referência salarial inicial da Classe B, em correspondência à escolaridade exigida para o ingresso (Anexos I e II).

**Art. 8º** O provimento dos cargos de Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e do cargo de Pesquisador da carreira Técnico-Científica, dar-se-á na referência salarial inicial das Classes C ou B, em correspondência à escolaridade exigida para o ingresso (Anexo I).

**§ 1º** O ingresso nos cargos das carreiras Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Técnico-Científica dar-se-á após o atendimento aos seguintes requisitos:

- I - existência de vaga no cargo;
- II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado do Paraná ou credenciado pela Instituição, podendo a avaliação psicológica ser integrada à inspeção médica, em conformidade ao previsto para o cargo no Perfil Profissional;
- IV - registro profissional no órgão de classe para o desenvolvimento das atividades cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e
- V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados em edital de regulamentação de concurso público.

**§ 2º** A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos no § 1º deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

**Art. 9º** O estágio probatório será de 3 (três) anos de exercício no cargo e classe de ingresso, durante o qual o servidor será acompanhado e avaliado no desempenho de sua função.

**§ 1º** O servidor será considerado estável após aprovação no estágio probatório por meio de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório, efetuada por comissão instituída para essa finalidade.

**§ 2º** A Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório, para atender a finalidade do parágrafo anterior, deverá considerar os requisitos especificados no Perfil Profissional do cargo, da classe e da função de ingresso.

**§ 3º** Considerado inapto na Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório o servidor será exonerado, de acordo com os termos da legislação vigente, podendo ser convocado o candidato na ordem de classificação imediatamente inferior ao último candidato convocado, na vigência do concurso público.



**§ 4º** A Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório será aplicada para todos servidores de ambas as carreiras e, considerado estável, o servidor terá automaticamente avanço para a 3ª (terceira) referência salarial da classe no cargo que ingressou.

**§ 5º** É vedada a promoção e todas as progressões para os servidores de ambas as carreiras que estiverem em estágio probatório e antes de decorridos os tempos previstos em cada instituto descrito nesta Lei.

**Art. 10.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a frequência, a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições e atividades do cargo e classe para os quais foi nomeado, em conformidade à regulamentação do IAPAR e legislação vigente.

**Parágrafo único.** Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do servidor será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para os quais tenha sido nomeado.

**Art. 11.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será suspensão nas seguintes situações, até cumprimento do tempo legal:

- I - tratamento da própria saúde;
- II - licença-maternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III - licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV - doença na família, na forma da legislação vigente;
- V - concorrência a mandato eletivo;
- VI - mandato eletivo ou sindical;
- VII - assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;
- VIII - disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;
- IX - remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o servidor ou no interesse da Administração Pública.

**§ 1º** No retorno do servidor ao exercício de seu cargo e função a Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será retomada pelo prazo remanescente.

**§ 2º** Não será considerado afastamento de cargo e função a assunção, pelo servidor em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito do IAPAR e desde que, tal cargo, seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim às tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 12.** No caso de superveniência de legislação estadual específica sobre Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório, o IAPAR passará a adotá-la.

### **CAPÍTULO III DO PERFIL PROFISSIONAL**

**Art. 13.** Será adotado o Perfil Profissional para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º Perfil Profissional é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e classes.

§ 2º O Perfil Profissional completo será encaminhado para publicação pelo IAPAR no prazo de até 18 (dezoito) meses a partir da edição desta Lei, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

§ 3º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissional poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta nos moldes da Resolução que regulamentar o Perfil Profissional.

### **CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS**

**Art. 14.** Serão aplicados os institutos de progressão e de promoção para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras previstas no IAPAR.

§ 1º A progressão é a passagem do servidor estável de uma referência salarial para outra imediatamente superior na mesma classe, tendo como limite a referência salarial final da classe em que está posicionado na tabela de vencimentos básicos.

§ 2º A promoção é a elevação do servidor à classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma carreira e cargo.



§ 3º O IAPAR adota o Plano de Capacitação para formação, aperfeiçoamento e como requisitos de escolaridade para progressão e promoção dos servidores do seu quadro de pessoal estável.

§ 4º A regulamentação dos institutos de progressão e promoção previstos nesta Lei, para o desenvolvimento das carreiras, serão definidos no prazo de até 18 (dezoito) meses da publicação desta Lei, por Resolução Conjunta da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, da Secretaria da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

§ 5º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à aplicação dos institutos de progressão e de promoção, para ambas as carreiras, poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, da Secretaria da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

§ 6º Os certificados e/ou documentos comprobatórios apresentados, pelo servidor de ambas as carreiras, para progressões e promoções deverão ser oriundos de instituição de ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, devendo ser apresentados em fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado a ser autenticada por servidor da Diretoria de Gestão de Pessoas e de acordo com critérios definidos em normas específicas do IAPAR.

§ 7º As certificações e/ou documentos comprobatórios utilizados no desenvolvimento das carreiras, sob o instituto de progressão, observarão as exclusivamente obtidas no interstício entre uma progressão e outra, não se admitindo quaisquer certificados e/ou documentos comprobatórios anteriores, sendo que a carga horária total das certificações e/ou documentos comprobatórios deverão ser de, no mínimo, 70% (setenta por cento) na modalidade presencial;

§ 8º Todo e qualquer título, certificado e/ou documento comprobatório, apresentado para ingresso ou para desenvolvimento nas carreiras, será analisado e validado por Comitê instituído para essa finalidade, e restará sem eficácia administrativa para qualquer outro instituto de desenvolvimento na respectiva carreira.

**Art. 15.** Somente participará dos institutos de promoção e progressão o servidor de ambas as carreiras, em efetivo exercício no IAPAR, que obtiver resultado satisfatório na média do último triênio da avaliação de desempenho, excetuando-se a progressão por antiguidade.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 1º Resultado satisfatório consiste na apresentação de resultados desejáveis alcançados pelo servidor e compatíveis com os padrões de desempenho estabelecidos pela Instituição.

§ 2º O instituto de promoção a que se refere o *caput* deste Artigo ocorrerá em conformidade com o Anexo IV que integra esta Lei

**Art. 16.** Os requerimentos relativos a progressões e promoções, em ambas as carreiras serão recebidos, analisados e encaminhados às Secretarias de Estado competentes, para homologação, semestralmente, de acordo com calendário a ser definido pelo IAPAR.

#### SEÇÃO I

#### DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA-LOGÍSTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Art. 17.** O desenvolvimento profissional nos cargos da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia se dará pelos institutos de progressão e promoção.

**Art. 18.** A progressão será concedida ao servidor estável, por: antiguidade, avaliação de desempenho, capacitação complementar e por atualização, aperfeiçoamento e especialização.

**Art. 19.** A progressão por antiguidade será de 1 (uma) referência salarial e ocorrerá a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo e na classe, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

**Parágrafo único.** Para efeitos deste artigo:

I – será computado o tempo de estágio probatório;

II - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e,

III - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, com ou sem ônus para o IAPAR.

**Art. 20.** A progressão por avaliação de desempenho será de 1 (uma) referência salarial e ocorrerá a cada 3 (três) anos contínuos, desde que o servidor esteja em efetivo exercício no IAPAR, ou em atividade prevista em planos de trabalho ou programa de capacitação da instituição.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** Avaliação de Desempenho é o processo que consiste na verificação formal e sistemática dos resultados alcançados pelo servidor, anualmente, comparados com os padrões de desempenho estabelecidos pelo Instituto, mediante avaliação de indicadores específicos para cada cargo e classe definidos em regulamentação interna.

**§ 2º** A aplicação da progressão por avaliação de desempenho não poderá ser coincidente com a aplicação da progressão por antiguidade, em um mesmo ano.

**§ 3º** Havendo coincidência prevalecerá a progressão por antiguidade e a referência salarial relativa à avaliação de desempenho será aplicada no primeiro mês do ano seguinte.

**Art. 21.** O processo de progressão por capacitação complementar será realizado por iniciativa do IAPAR, de acordo com normas e procedimentos específicos e será de até 2 (duas) referências salariais, aplicadas a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício no cargo e na classe, via requerimento.

**§ 1º** Capacitação Complementar são as ações de capacitação vinculadas à área de atuação, cargo e classe, que visam a aplicação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades complementares às funções do servidor.

**§ 2º** Quando solicitado o servidor poderá apresentar certificados de cursos não regulares, previstos no programa de capacitação da instituição ou vinculados à área de atuação do servidor, obedecendo:

I - para os ocupantes do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo 1 (uma) referência para cada 24 (vinte e quatro) horas, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

II - para os ocupantes do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo 1 (uma) referência para cada 48 (quarenta e oito) horas, limitado a 96 (noventa e seis) horas;

III - para os ocupantes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo 1 (uma) referência para cada 96 (noventa e seis) horas, limitado a 192 (cento e noventa e duas) horas.

**§ 3º** Somente serão aceitos certificados de cursos com carga horária mínima de 8 (oito) horas.



§ 4º Será considerado o somatório da carga horária de cursos afetos à área de atuação do servidor, os quais poderão ser de capacitação, atualização, extensão e aperfeiçoamento.

§ 5º Será vedado considerar o título do curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e na classe correspondente.

**Art. 22.** Será aplicada progressão por Atualização, a cada 10 (dez) anos, quando o servidor do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, após 4 (quatro) anos na classe A, apresentar certificado de curso de atualização com no mínimo 120 (cento e vinte horas), relativo à área de atuação, com ganho de 2 (duas) referências salariais.

**Art. 23.** Será aplicada progressão por Aperfeiçoamento, a cada 10 (dez) anos, quando o servidor do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, após 4 (quatro) anos na classe A, apresentar certificado de curso de aperfeiçoamento com no mínimo 150 (cento e cinquenta horas), relativo à área de atuação, com ganho de 2 (duas) referências salariais.

**Art. 24.** Será aplicada progressão por Especialização, a cada 10 (dez) anos, quando o servidor do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, após 4 (quatro) anos na classe A, apresentar certificado de curso de pós-graduação (*lato sensu*), relativo à área de atuação, com ganho de 2 (duas) referências salariais.

**Art. 25.** A progressão por Capacitação Complementar não poderá ser requerida simultaneamente às progressões por Atualização, Aperfeiçoamento e Especialização, devendo o servidor respeitar o intervalo de tempos para cada modalidade de progressão.

**Art. 26.** A promoção ocorrerá, via requerimento, para o servidor estável da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e se dará por formação e/ou tempo, cumprido o estabelecido no Anexo IV desta Lei e normas de procedimentos específicos.

§ 1º A promoção, referida no *caput* deste artigo, ocorrerá sempre no mesmo cargo e na classe subsequente, em referência salarial de valor monetário imediatamente superior, limitada à última referência salarial da classe, não podendo haver superação de classes;

§ 2º A promoção, a que se refere o *caput* deste artigo, para o servidor após o estágio probatório, ocorrerá após o cumprimento dos requisitos de formação e tempo, na forma do Anexo IV desta Lei e de acordo com o previsto no programa de capacitação da instituição.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## SEÇÃO II DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA

**Art. 27.** O desenvolvimento profissional na carreira Técnico-Científica se dará pelos institutos da progressão e da promoção.

**Art. 28.** A progressão será concedida ao servidor estável por antiguidade, por avaliação de desempenho, por capacitação complementar e por pós-doutorado ou período sabático.

**Art. 29.** A progressão por antiguidade será de 1 (uma) referência salarial e ocorrerá a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo e na classe, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

**Parágrafo único.** Para efeitos deste artigo:

I - será computado o tempo de estágio probatório;

II - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

III - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, sem ônus.

**Art. 30.** A progressão por avaliação de desempenho será de 1 (uma) referência salarial e ocorrerá a cada 3 (três) anos contínuos, desde que esteja em efetivo exercício no IAPAR, ou em atividade prevista em planos de trabalho ou programa de capacitação da instituição.

**§ 1º** A aplicação da progressão por avaliação de desempenho não poderá ser coincidente com a aplicação da progressão por antiguidade em um mesmo ano.

**§ 2º** Havendo coincidência prevalecerá a progressão por antiguidade e a referência salarial relativa à avaliação de desempenho será aplicada no primeiro mês do ano seguinte.

**Art. 31.** O processo de progressão por capacitação complementar será realizado, por iniciativa do IAPAR, de acordo com normas e procedimentos específicos e será de até 2 (duas) referências salariais, aplicadas a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício no cargo e na classe, via requerimento, quando o servidor apresentar certificados de cursos não regulares, obedecendo:





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 1º Para os ocupantes do cargo de Pesquisador, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo 1 (uma) referência para cada 120 (cento e vinte) horas, limitado a 240 (duzentas e quarenta) horas.

§ 2º Somente serão aceitos certificados de cursos com carga horária mínima de 8 (oito) horas.

§ 3º Será considerado o somatório da carga horária de cursos afetos à área de atuação do servidor, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento, especialização, conforme normas internas específicas.

§ 4º Será vedado considerar título de curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e na classe correspondente.

**Art. 32.** A progressão por Pós-Doutorado ou Período Sabático será de 3 (três) referências salariais, aplicada ao pesquisador após 4 (quatro) anos na classe B ou A, com a possibilidade de outro pós-doutorado com intervalo mínimo de 10 (dez) anos entre eles.

**Parágrafo Único.** A progressão por Capacitação Complementar não poderá ser requerida, simultaneamente, com as progressões por Pós-Doutorado ou Período Sabático, devendo o servidor respeitar o intervalo de tempos para cada modalidade de progressão.

**Art. 33.** A promoção ocorrerá, via requerimento, para o servidor estável da carreira Técnico-Científica e se dará por formação e/ou tempo, cumprido o estabelecido no Anexo IV desta Lei e normas de procedimentos específicos.

§ 1º A promoção, referida no *caput* deste artigo, ocorrerá sempre no mesmo cargo e na classe subsequente, em referência salarial de valor monetário imediatamente superior, limitada à última referência salarial da classe, não podendo haver superação de classes.

§ 2º A promoção, a que se refere o *caput* deste artigo, para o servidor após o estágio probatório, ocorrerá após o cumprimento dos requisitos de formação e tempo, na forma do Anexo IV desta Lei e de acordo com o previsto no programa de capacitação da instituição.

## **CAPÍTULO V**

### **DA MUDANÇA DE ATIVIDADE E ÁREA DE ATUAÇÃO**

**Art. 34.** A mudança de atividade e área de atuação ocorrerá para os servidores estáveis do IAPAR, no mesmo cargo, na mesma classe e mesma função, conforme





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

previsto no Perfil Profissional do cargo, sem alteração nos vencimentos, com definição de critérios estabelecidos pela Instituição por Resolução própria, não se caracterizando como desvio de função, quando o mesmo atender aos requisitos constantes da atividade pretendida e demais condições definidas, observando-se ainda:

- I - necessidade e interesse institucional;
- II - interesse do servidor;
- III - por impossibilidade de atuação em sua atividade original;
- IV - capacitação profissional para o exercício das atividades;
- V - existência de vaga;
- VI - criação ou extinção de programas/projetos de pesquisa e criação ou extinção de unidades administrativas ou de bases físicas, ou unidades de apoio, com respectivos planos de trabalho.

§ 1º A área de atuação é a área específica em que atua o servidor, integrada por atividades afins e/ou complementares, de acordo com o perfil profissional da classe em que está alocado o servidor, estruturados a partir das necessidades institucionais.

§ 2º A atividade é o ato de realizar uma ação para a qual o servidor foi designado em conformidade à sua área de atuação.

§ 3º Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica serão reavaliados mediante análise do Perfil Profissional do cargo e classe em que estiver alocado o servidor.

## **CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA**

**Art. 35.** A estrutura remuneratória dos cargos de Auxiliar, Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e de Pesquisador da carreira Técnico-Científica compõe-se de:

- I - vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta Lei;
- II - adicional por tempo de serviço – ATS;
- III - salário-família; e
- VI – vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função em atividades transitórias ou locais definidos por Lei, para servidores lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelecido em legislação vigente.

**Parágrafo Único.** Estrutura salarial conjunto de salários-base dos cargos, ordenados em classes e referências salariais.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 36.** Será concedida Gratificação de Atividade Técnico-Científica e de Suporte Técnico – GATC, fixada em valor absoluto, de natureza transitória, vinculada a atividades técnico-científicas e de suporte técnico-administrativo, gerenciamento de programas, projetos, atividades ou áreas funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência inicial de cada classe dos cargos de Auxiliar, Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia e de Pesquisador.

**Parágrafo Único.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará, em até 180 (cento e oitenta) dias, a aplicação e fixará os valores da gratificação a que se refere o *caput* deste artigo.

**Art. 37** Será concedida Gratificação de Atividade de Pesquisa Agropecuária – GAPA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas à implementação e condução de experimentos e ensaios, ao processamento de produtos da pesquisa (insalubridade), desenvolvimento de atividades penosas (esforços físicos e mentais), exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades.

§ 1º Para efeito deste artigo as atividades deverão passar por análise de comissão de avaliação instituída para esse fim e convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

§ 2º A gratificação mencionada no *caput* deste artigo abrangerá os valores correspondentes à gratificação de insalubridade e periculosidade.

§ 3º Ato da Diretoria Executiva do IAPAR definirá, em até 12 (doze) meses, a implantação da gratificação mencionada no *caput* deste artigo, ouvidas as áreas competentes.

**Art. 38.** As demais vantagens que compõem a remuneração, excetuando-se a gratificação por insalubridade, serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista em Lei.

**Art. 39.** As vantagens decorrentes de local de trabalho que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

**Art. 40.** As vantagens remuneratórias previstas nesta Lei comporão base contributiva para a inatividade conforme dispor a legislação vigente.

**Art. 41.** É incompatível o recebimento simultâneo da Gratificação de Atividade Técnico-Científica e de Suporte Técnico – GATC e da Gratificação de Atividade de Pesquisa Agropecuária – GAPA, devendo o servidor optar por uma delas.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 42.** Ficam extintos, no âmbito do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, 03 (três) cargos de Diretor, símbolo DAS-3, ficando criados os cargos de provimento em comissão no âmbito do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, sendo:

- I - 04 (quatro) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;
- II - 01 (um) cargo de Chefe do Gabinete, símbolo DAS-5.

**Art. 43.** Fica criada a Função Comissionada de Confiança do IAPAR – FCCI exclusiva para servidores de carreira do quadro permanente do IAPAR, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, e que cumulativamente exerçam as atribuições de Assessor I, II e III; Coordenador I e II; Líder de Programa; Gerente; Chefe de Núcleo; Responsável Técnico I e II; Chefe de Divisão; Responsável Administrativo; Supervisor I e II; Administrador e Chefe de Seção, conforme Anexo VI desta Lei.

**§ 1º.** A Função Comissionada de Confiança do IAPAR – FCCI é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor Presidente do IAPAR, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

**§ 2º.** A Função Comissionada de Confiança - FCCI é inacumulável com Cargo de Provimento em Comissão, Encargos Especiais, Funções Gratificadas, Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

**Art. 44.** Os valores referentes às gratificações previstas nos artigos 36 e 37 e a Função Comissionada de Confiança prevista no artigo 43 serão reajustados no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os quadros de vencimentos de servidores efetivos do Estado.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO ENQUADRAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL**

**Art. 45** O enquadramento dos servidores estáveis e em estágio probatório alocados na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica se dará para o Plano aprovado por esta Lei e ocorrerá na mesma dimensão e proporção para as carreiras, cargos, classes e funções estabelecidas no artigo 1º e Anexo II - Correlação de Funções desta Lei, respeitando-se a equivalência de formação e os níveis de complexidade das funções previstas no Plano aprovado pela Lei Estadual nº 15.179/2006.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** Quando da publicação desta Lei, os servidores estáveis e em estágio probatório não poderão ser enquadrados em classe inferior ou superior a que se encontravam alocados no Plano de Carreiras aprovado pela Lei Estadual nº 15.179/2006, mesmo que atendam aos requisitos de escolaridade previstos para ingresso ou promoção na classe subsequente deste Plano.

**§ 2º** Na data de publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento salarial dos servidores da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e da carreira Técnico-Científica na nova tabela Anexo III e se dará na classe correspondente, conforme Anexo II e na mesma referência salarial ocupada na data de publicação desta Lei.

**Art. 46.** Os servidores que ingressaram na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica na vigência da Lei nº 15.179/2006 e que finalizaram o estágio probatório até a publicação da presente Lei deverão ser enquadrados no cargo e classe correspondentes conforme Anexo II, na 3ª (terceira) referência salarial, preservando-se a situação funcional de cada servidor quando da publicação da presente Lei, de forma a manter a hierarquia dos vencimentos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 47.** Fica estabelecido o Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná conforme demonstrado no Anexo I, constando na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia a quantidade de 982 (novecentos e oitenta e dois) servidores, conforme a seguinte distribuição: 405 (quatrocentos e cinco) servidores no cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, 337 (trezentos e trinta e sete) servidores no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia e 240 (duzentos e quarenta) servidores no cargo de Analista em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica fica estabelecida a quantidade de 250 (duzentos e cinquenta) servidores, totalizando a composição do quadro do IAPAR o número de 1.232 (um mil, duzentos e trinta e dois) servidores.

**Art. 48.** Fica vedado o ingresso na Classe C do cargo Auxiliar em Ciência e Tecnologia, que fica declarada como "EXTINTA AO VAGAR", sendo que as funções da mesma permanecerão enquanto houver ocupantes que não tenham adimplido aos requisitos das funções da classe superior.

**§ 1º** Permanece em vigor a tabela salarial correspondente à classe C do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia com os mesmos limites inicial e final, até que a classe seja extinta.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** Fica assegurado aos servidores ocupantes da classe C do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia o direito às progressões e promoções, obedecidas as normas que regulamentam os referidos processos.

**Art. 49.** Ficam assegurados os atos de homologação e implementação dos processos de progressões e promoções, auferidos na vigência da Lei nº 15.179/2006, requeridos e protocolados até a data de publicação desta Lei.

**Parágrafo Único.** O servidor enquadrado neste Plano de Carreira não poderá utilizar para promoção ou progressão nas carreiras, o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação, especialização e qualificação profissional que já utilizou para avançar nas referências salariais ou nas classes do Quadro de Pessoal implantado pela Lei Estadual nº 15.179/2006.

**Art. 50.** Os servidores que ingressaram na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia na vigência da Lei nº 15.179/2006 e que não auferiram nenhuma promoção intraclasses por escolaridade, terão direito a uma promoção, após o cumprimento dos prazos regulamentares e por meio de requerimento, desde que apresentada a documentação exigida pela Lei.

**§ 1º** Os prazos e requisitos a que se refere o *caput* são os mesmos previstos no art. 25 da Lei nº 15.179/2006 e Anexo IV, que apenas poderá ser aproveitado pelo servidor uma vez para a primeira promoção.

**§ 2º** O servidor que for promovido nos termos deste artigo terá suas promoções posteriores regidas inteiramente por esta Lei.

**Art. 51.** Aos servidores, de ambas as carreiras, estáveis no IAPAR na data da publicação da Lei Estadual nº 15.179/2006, que não auferiram promoção no decorrer da vigência da citada Lei, será concedido o avanço de uma referência salarial, quando do enquadramento na tabela constante do Anexo III.

**Art. 52.** Aos servidores da carreira Técnico-Científica, estáveis no IAPAR até a data da promulgação da Lei Estadual nº 15.179/2006, que não auferiram progressão por Titulação, será concedido o avanço de mais duas referências salariais, quando do enquadramento na tabela constante do Anexo III.

**Art. 53.** Para os servidores estáveis, ocupantes do cargo de Pesquisador, em exercício na data da publicação desta Lei, que não obtiveram progressão por titulação na vigência da Lei Estadual nº 15.179/2006, será facultada, em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, a apresentação de certificados de Capacitação Complementar aplicando-se até 2 (duas) referências salariais, observado o contido no artigo 31 desta Lei.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** Serão aceitos os certificados de cursos, inclusive, com datas anteriores à Lei referida no *caput* deste artigo para aplicação do instituto de progressão.

**§ 2º** Nas demais progressões os certificados deverão ser de cursos concluídos após publicação desta Lei e previstos no programa de capacitação da instituição.

**Art. 54.** Para os servidores estáveis, ocupantes do cargo de Pesquisador, em exercício até a data da publicação desta Lei, será facultada a apresentação de documentos comprobatórios de cursos de Pós-Doutorado com datas anteriores à Lei Estadual nº 15.179/2006, uma única vez, quando da aplicação do respectivo instituto de progressão, observado o contido no artigo 32 desta Lei, desde que não tenham sido utilizados para este fim antes.

**Art. 55.** Os primeiros procedimentos de progressão e promoção neste Plano de Carreiras deverão ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, após atos de regulamentação.

**Art. 56.** Para efeito da contagem de tempo para a aplicação dos institutos de progressão e promoção para ambas as carreiras será considerada a data da publicação da Lei Estadual nº 15.179/2006.

**Art. 57.** O enquadramento dos servidores nas carreiras, nos cargos, nas classes e nas referências salariais, conforme definido no Anexo II desta Lei será de responsabilidade do IAPAR, ficando a Diretoria de Gestão de Pessoas e os dirigentes da instituição responsáveis por sua perfeita execução.

**Art. 58.** O servidor que se encontrar, à época da implantação do presente Plano de Carreiras, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta Lei.

**Art. 59.** Aplica-se aos servidores aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei, sendo o vencimento básico estipulado conforme a tabela constante do Anexo III.

**§ 1º.** O enquadramento do servidor do IAPAR aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes e se dará na referência salarial correspondente à data da inativação ou do fato gerador de pensão.

**§ 2º.** O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 60.** A implementação dos efeitos financeiros decorrentes desta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto, bem como ao atendimento dos limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 61.** O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta Lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 62.** No prazo de até 18 (dezoito) meses contados da data publicação desta Lei será definida a Política e o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas do IAPAR.

**Art. 63.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

**Art. 64.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15.179/2006 e demais disposições em contrário.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO I – QUADRO de PESSOAL DO IAPAR – QUANTIDADE de VAGAS e REQUISITOS MÍNIMOS de ESCOLARIDADE para INGRESSO NAS CARREIRAS, CARGOS E CLASSES –**

Lei nº \_\_\_\_/2013

<b>CARREIRA LOGISTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>			
<b>CARGOS</b>	<b>Nº de VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>	<b>REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO</b>
<b>AUXILIAR EM C&amp;T</b>	<b>405</b>	<b>C</b>	Fundamental Completo
		<b>B</b>	Fund. Completo com Conhecimentos Específicos na área de Atuação
		<b>A</b>	
<b>ASSISTENTE EM C&amp;T</b>	<b>337</b>	<b>C</b>	Médio Completo
		<b>B</b>	Profissionalizante ou Pós-Médio
		<b>A</b>	
<b>ANALISTA EM C&amp;T</b>	<b>240</b>	<b>C</b>	Graduação Completa
		<b>B</b>	Mestrado
		<b>A</b>	
<b>Total de Vagas</b>	<b>982</b>		
<b>CARREIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA</b>			
<b>CARGO</b>	<b>Nº de VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>	<b>REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO</b>
<b>PESQUISADOR</b>	<b>250</b>	<b>C</b>	Mestrado
		<b>B</b>	Doutorado
		<b>A</b>	
<b>Total de Vagas</b>	<b>250</b>		
<b>TOTAL do QUADRO</b>	<b>1232</b>		



# ANEXO II – QUADRO de PESSOAL DO IAPAR – CORRELAÇÃO de FUNÇÕES

Lei nº \_\_\_\_\_/2013

DE CARREIRA DE LOGÍSTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - Lei nº 15.179/2006				PARÁ CARREIRA LOGÍSTICA E GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
CARGO	CLASSES	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	SÉRIES DE CLASSES	CARGOS	CLASSES	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	REQUISITOS MÍNIMOS de ESCOLARIDADE para INGRESSO
AGENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	A	AUXILIAR DE CIÊNCIA e TECNOLOGIA	A	AUXILIAR EM C & T	C	Auxiliar de Ciência e Tecnologia	Fundamental Completo
			B		B		Fund. Completo com Conhecimentos Específicos na área de Atuação
			C		A		
	B	ASSISTENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	A	ASSISTENTE EM C & T	C	Assistente de Ciência e Tecnologia	Médio Completo
			B		B		Profissionalizante ou Pós-Médio
			C		A		
	C	PROFISSIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	A	ANALISTA C & T	C	Analista de Ciência e Tecnologia	Graduação
			B		B		Mestrado
			C		A		
DE CARREIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA				PARA CARREIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA			
CARGO	CLASSES	FUNÇÃO SINGULAR		CARGO	CLASSES	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	REQUISITOS MÍNIMOS de ESCOLARIDADE para INGRESSO
PESQUISA DOR	A	PESQUISADOR		PESQUISA DOR	C	Pesquisador	Mestrado
	B				B		Doutorado
	C				A		



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador





ANEXO III – Tabela de Vencimentos – IAPAR – Lei nº \_\_\_\_/2013

CARGO	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
CARGO	AUXILIAR EM C&T	1.600,00	1.657,60	1.717,27	1.779,10	1.843,14	1.909,50	1.978,24	2.049,45	2.123,23	2.199,67	2.278,86	2.360,90	2.445,89	2.533,94	2.625,16
	B	1.978,24	2.049,46	2.123,24	2.199,67	2.278,86	2.360,90	2.445,89	2.533,95	2.625,17	2.719,67	2.817,58	2.919,01	3.024,10	3.132,97	3.245,75
	A	2.533,94	2.625,16	2.719,67	2.817,58	2.919,01	3.024,09	3.132,96	3.245,75	3.362,59	3.483,65	3.609,06	3.738,98	3.873,59	4.013,04	4.157,51
CARGO	ASSISTENTE EM C&T	2.652,00	2.747,47	2.846,38	2.948,85	3.055,01	3.164,99	3.278,93	3.396,97	3.519,26	3.645,96	3.777,21	3.913,19	4.054,06	4.200,01	4.351,21
	B	3.278,93	3.396,97	3.519,26	3.645,96	3.777,21	3.913,19	4.054,06	4.200,01	4.351,21	4.507,86	4.670,14	4.838,26	5.012,44	5.192,89	5.379,83
	A	4.200,01	4.351,21	4.507,85	4.670,14	4.838,26	5.012,44	5.192,89	5.379,83	5.573,50	5.774,15	5.982,02	6.197,37	6.420,48	6.651,62	6.891,07
CARGO	ANALISTA EM C&T	5.235,00	5.423,46	5.618,70	5.820,98	6.030,53	6.247,63	6.472,55	6.705,56	6.946,96	7.197,05	7.456,14	7.724,56	8.002,65	8.290,74	8.589,21
	B	6.472,55	6.705,56	6.946,96	7.197,05	7.456,15	7.724,57	8.002,65	8.290,75	8.589,21	8.898,43	9.218,77	9.550,65	9.894,47	10.250,67	10.619,69
	A	8.002,65	8.290,75	8.589,21	8.898,42	9.218,77	9.550,64	9.894,47	10.250,67	10.619,69	11.002,00	11.398,07	11.808,40	12.233,50	12.673,91	13.130,17
CARGO	PESQUISADOR	7.000,00	7.252,00	7.513,07	7.783,54	8.063,75	8.354,05	8.654,79	8.966,36	9.289,15	9.623,56	9.970,01	10.328,93	10.700,77	11.086,00	11.485,10
	B	8.654,79	8.966,36	9.289,15	9.623,56	9.970,01	10.328,93	10.700,77	11.086,00	11.485,09	11.898,56	12.326,91	12.770,67	13.230,42	13.706,71	14.200,16
	A	10.700,77	11.086,00	11.485,09	11.898,56	12.326,91	12.770,67	13.230,42	13.706,71	14.200,15	14.711,36	15.240,97	15.789,64	16.358,07	16.946,96	17.557,05



**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador**ANEXO IV - Requisitos para Promoção – Formação e Tempo**  
Lei nº \_\_\_\_/2013.

Carreira	Cargo	Classes	Formação e/ou Tempo <sup>(*)</sup> de Permanência na Classe
Logística e Gestão em C&T	Auxiliar em C&T	C	“Extinta a Vagar”
		B	C → B Fundamental completo + conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 6 anos na Classe C ou
			12 anos na Classe C
		A	B → A Médio completo + conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 8 anos na Classe B ou
			conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 12 anos na Classe B
	Assistente em C&T	C	Ingresso - Ensino Médio Completo
		B	C → B Profissionalizante completo ou Pós-Médio completo ou Graduação completa na área de atuação e 6 anos na Classe C ou
			conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 12 anos na Classe C
		A	B → A Graduação completa na área de atuação + conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 8 anos na Classe B ou
			Profissionalizante completo ou Pós-Médio completo + conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 12 anos na Classe B
	Analista em C&T	C	Ingresso - Graduação Completa
		B	C → B Mestrado na área de atuação e 6 anos na Classe C ou
			2 (duas) Especializações na área de atuação e 10 anos na Classe C ou
			Conhecimentos específicos <sup>(**)</sup> na área de atuação e 12 anos na Classe C
		A	B → A Doutorado na área de atuação e 8 anos na Classe B
			10 anos no Cargo, 10 anos na Classe B e 5 anos de Mestrado na área de atuação ou
			2 (duas) Especializações (outras) na área de atuação e 12 anos na Classe B

**Legenda:**

- Tempo <sup>(\*)</sup> - Incluso o tempo de 3 anos de estágio probatório.
- Conhecimentos específicos <sup>(\*\*)</sup> - compatíveis com a área de atuação a serem comprovados mediante apresentação de certificados de cursos de aperfeiçoamento, em conformidade a cada Cargo (24h/Auxiliar, 48h/Assistente e 96h/Analista) realizados após ingresso.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

(continuação) **ANEXO IV - Requisitos para Promoção – Formação e Tempo**  
Lei nº \_\_\_\_/2013

Categoria	Cargo	Classe	Formação e/ou Tempo <sup>(1)</sup> de Permanência na Classe
Técnico-Científica	Pesquisador	C	Ingresso – Mestrado
		B	<b>C → B</b>
			Doutorado na área de atuação e 6 anos na Classe C ou
			Mestrado na área de atuação e 12 anos na Classe C
		A	<b>B → A</b> 10 anos no Cargo, 10 anos na Classe B e 5 anos de Doutorado na área de atuação

**Legenda:**

- Tempo <sup>(1)</sup> - Incluso o tempo de 3 anos de estágio probatório.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO V - GRATIFICAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES  
AGROPECUÁRIAS**

Lei nº \_\_\_\_/2013.

DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA	VALOR
GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-I	GAPA-I	R\$ 192,00
GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-II	GAPA-II	R\$ 320,00
GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA-III	GAPA-III	R\$ 640,00





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO VI - FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA - FCCI**  
Lei nº \_\_\_\_/2013.

SÍMBOLO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR (R\$)
FCCI 1	1	7.725,00
FCCI 2	4	6.820,00
FCCI 3	6	5.004,41
FCCI 4	21	3.149,71
FCCI 5	33	2.327,61
FCCI 6	47	1.228,27
FCCI 7	4	933,38



I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 18/12/2013  
Presidente



MENSAGEM  
Nº 214 /2013

Curitiba, em 13 de dezembro de 2013.



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
Em, 18 DEZ. 2013  
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR.

#### JUSTIFICATIVA

##### Objetivo

Responsável pela pesquisa que impulsiona o embasamento tecnológico às políticas públicas de desenvolvimento agropecuário e tendo como missão “prover soluções inovadoras para o meio rural e do agronegócio do Estado do Paraná”, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), entidade autárquica, de administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), vem desenvolvendo uma atividade imprescindível para o aprimoramento do setor agropecuário paranaense, assim como vem encontrando dificuldades para contratar e reter talentos, tendo em vista a remuneração pouco competitiva em relação ao mercado.

Esta proposta de reformulação do Plano de Carreiras tem como objetivo a manutenção da efetividade e qualidade nos serviços prestados à sociedade pelo IAPAR – um órgão em muito diferenciado da administração direta do Estado, considerando as particularidades da instituição, o alto grau de responsabilidade e complexidade das tarefas executadas, a necessidade de reconhecer e valorizar os profissionais, e, por fim, a eliminação de incongruências jurídicas no texto atual.

##### Pesquisa agrícola e desenvolvimento

As cadeias produtivas ligadas à agropecuária respondem por um percentual significativo (37% do PIB) da economia paranaense e, por isso, é imprescindível que o Estado cuide de manter seu vigor, competitividade e sustentabilidade.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 12.169.811-0



**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Nos últimos 40 anos, a incorporação de tecnologias pelos agricultores tornou o setor agropecuário do Paraná um dos mais eficientes do Brasil. Para uma rápida idéia, a produtividade da soja saiu de algo em torno de 1.800 quilos por hectare; no milho, evoluiu-se de 3.800 quilos para cerca de 9 toneladas na mesma área. A produtividade do trigo, que era inferior a 1 tonelada por hectare, hoje é de mais de 3 toneladas; em feijão, passou-se de 600 quilos para 1.300 quilos.

Além de incrementar a economia, a investigação científica vem desenvolvendo opções para a prática de uma agricultura menos agressiva ao ambiente e que permitem obter alimentos mais saudáveis. É o caso do sistema de plantio direto; do monitoramento climático e zoneamento agrícola; da integração lavoura-pecuária-floresta; do desenvolvimento de máquinas e implementos de pequeno porte para agricultura familiar; da geração de cultivares resistentes a fatores adversos (como estiagens, por exemplo); do manejo integrado de pragas e doenças, possibilitando diminuir a aplicação de agrotóxicos nas lavouras; dentre muitos outros estudos que fazem da pesquisa agrícola uma atividade imprescindível para o contínuo desenvolvimento da agropecuária paranaense.

O Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, órgão responsável pela realização de pesquisas que fundamentem políticas públicas de desenvolvimento agropecuário, tem como missão "prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Estado do Paraná". É uma entidade autárquica, da administração indireta, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio e receita próprios.

Tem como finalidades básicas a pesquisa técnico-científica, a difusão do conhecimento, a transferência de tecnologia, e a formação e o treinamento de pessoal especializado para o desenvolvimento agropecuário do Estado.

O Paraná é um estado com forte inclinação agrícola, e o IAPAR vem cumprir o disposto na Constituição Estadual, que no *caput* do Artigo 200, do Capítulo II - Da Ciência e Tecnologia, preconiza:

"Cabe ao poder Público, com a participação da sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, bem como as empresas públicas e privadas, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e suas aplicações práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e social paranaense".

O Instituto é órgão estadual estratégico no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico voltado à produção agropecuária paranaense. Sua atuação deve ser fortalecida considerando as disposições dos Artigos 201, 202 e 203 da Constituição Estadual, que dizem respeito ao tratamento prioritário à pesquisa científica e tecnológica para o bem público, o progresso da ciência e a elevação dos níveis de vida da população paranaense e pelo apoio estadual à formação de recursos humanos nas áreas de





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

ciência, pesquisa e tecnologia, e à concessão, pelo Estado, dos meios e condições especiais de trabalho.

### **Especificidade**

As atividades de pesquisa demandam as tecnologias em desenvolvimento que se distinguem pelo rigor científico, profundo conhecimento da realidade dos agricultores e respeito e preservação do meio ambiente, sem perder de vista as exigências dos consumidores e necessidades da agroindústria. As especificidades das atividades do IAPAR demandam um quadro de servidores qualificado e em constante aperfeiçoamento técnico e científico, do qual não se pode prescindir em uma instituição de ciência e tecnologia.

O IAPAR tem encontrado dificuldades para a contratação e retenção de talentos, tendo em vista a remuneração pouco competitiva em relação ao mercado, com a consequente instabilidade no quadro. Considerando a necessidade de estimular os servidores e manter condições atrativas ao desempenho das funções profissionais, que se diferenciam da administração direta do Estado; e o alto grau de responsabilidade e complexidade das tarefas exercidas pelos servidores, coordenadores e líderes responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e programas de difusão e geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, é importante o reconhecimento e a valorização dos profissionais do IAPAR, para a manutenção da efetividade e qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Com a presente proposta de adequações no Plano de Carreiras, o IAPAR almeja preservar sua cultura e seus valores, construídos ao longo de sua existência, implantando a gestão de desempenho dos servidores fundamentada em resultados, buscando identificar e desenvolver junto aos profissionais competências técnicas, comportamentais e gerenciais e manter ambiente de trabalho criativo e produtivo. As adequações apresentadas na proposta buscam implementar isonomia da proporcionalidade entre os cargos, saneando entraves legais, equacionando dificuldades e distorções verificadas no Plano de Carreiras aprovado em 2006, permitindo o desenvolvimento profissional dos servidores de ambas carreiras de forma equitativa e sustentável.

Para o IAPAR, o quadro de servidores é o diferencial para a obtenção do reconhecimento do Instituto pela sociedade como agente de transformação a serviço do desenvolvimento da agropecuária estadual, assim como perante os demais quadros funcionais do Estado, pela sua qualificação e desenvolvimento profissional e tecnológico.

É importante destacar que as adequações não visam corrigir defasagens salariais individuais, mas promover ajustes na estruturação das carreiras e cargos, com reflexos na elevação dos pisos e tetos salariais, buscando o equilíbrio na dinâmica de evolução nas carreiras.

As propostas de adequações buscam enfoque principal na equalização dos institutos de desenvolvimento das carreiras, respeitando-se as especificidades e complexidade dos cargos e funções, dando ao conteúdo uma forma mais explícita e compatível com a gestão pública fundamentada em resultados. O conceito de cargo proposto contempla diversas funções e especialidades, deixando de ser hipótese ou aspiração de desenvolvimento funcional, para apresentar-se como perspectiva de realização profissional do servidor ao longo de sua trajetória no Instituto.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

A formatação da Tabela de Vencimentos foi estabelecida sob a ótica de uma política salarial justa e competitiva, com base nos fatores internos correlacionados aos valores compatíveis ao contexto técnico-científico em que está inserido, assegurando um tratamento equitativo, com vistas à manutenção do equilíbrio no desenvolvimento profissional dos servidores nas carreiras do Instituto. Entende-se que desta forma será possível a avaliação de cargos e salários, captação e retenção de profissionais qualificados, melhoria do clima organizacional, com estabelecimento de sistemas que possibilitem a premiação e reconhecimento do servidor pelo seu desempenho e efetiva participação e contribuição no alcance de resultados institucionais.

Com vista à manutenção do direito adquirido, em consonância à aplicação de Lei Estadual, procura-se realizar o enquadramento dos servidores, para o novo Plano de Carreiras, garantindo sua real situação, sem prejuízos à temporabilidade e desenvolvimento no serviço público.

Ainda, a responsabilização imposta a esta gestão quanto à inconstitucionalidade do Artigo 25 da Lei Estadual nº 15.179/2006, exigindo-se o cumprimento ao Artigo 37 da Constituição Federal, em conformidade com o Parecer PGE - Carolina Lucena Schussel, emitido em 08 de agosto de 2011 (protocolado nº 11.095.071-3) e ao registrado no documento - Termo de Declarações, na audiência com a Promotora de Justiça Sandra Regina Koch, ocorrida em 04 de fevereiro de 2013, impõe urgência a esta Autarquia na adequação do seu Plano de Carreiras.

Justifica-se, portanto, a adequação proposta, para um Plano de Carreiras que além de legalizar ações de desenvolvimento nas carreiras, deverá estimular o desenvolvimento profissional dos servidores de ambas as carreiras, em cada cargo e função, corrigindo defasagens salariais, promovendo ajustes e equilíbrio na estruturação das carreiras e cargos e contribuindo para consolidação de uma Instituição Pública em busca, além da preservação de um ambiente de trabalho saudável, da manutenção na efetividade, na eficiência e na qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH  
RH INFORMAÇÃO



Informação nº 616/2013-RHINFO  
Protocolo nº.: 12.169.811-0  
Interessado: IAPAR  
Assunto: Adequação Plano de Carreira

O presente trata do pedido de autorização para Aplicação da Proposta de alteração do Plano de Carreiras do IAPAR. As informações são referentes ao impacto produzido pelo enquadramento baseado no quadro às fls. 174, com custos abaixo discriminados:

TOTAL VENCIMENTO (Mês)	13º SALARIO	1/3 FÉRIAS	ENCARGOS 11%	CUSTO UNITARIO MENSAL	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
3.424.081,73	95.103,87	285.340,14	456.543,09	4.261.068,83	4.261.067,83	51.132.814,00

Informamos que o valor da presente proposta é de R\$ 4.261.067,83 (quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil, sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais, ou seja, R\$ 51.132.814,00 (cinquenta e um milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e quatorze reais) anuais, registrada no Acompanhamento de Despesa com Pessoal elaborado pelo RH Informação para o exercício de 2014.

Segue anexa a Folha de Projeção de Pagamento e Planilha de Demandas Pendentes do IAPAR para o ano de 2014, considerando o impacto gerado pela presente proposta.

Curitiba, 12 de dezembro de 2013

Cristiane Uchis Leal Flores,  
Agente Profissional.

De Acordo,  
Ao DRH/SEAP.

Emílio Antonio Trautwein,  
Gerente RH-Informação

Confere com o original,  
SEEG/CTL, em 16/12/13  
Ass. \_\_\_\_\_





**SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH  
RH INFORMAÇÃO



Anexo a Informação nº 616/2013-RHINF  
Protocolado nº 12.169.811-0  
IAPAR

IAPAR	PROJEÇÃO DE DESPESA COM PESSOAL	REALIZADO	PROJEÇ. ANUAL	PREVISÃO DE GASTO	PROJEÇÃO:		
					2014	2015	2016
PRODUTIVO	QIDE	OUT/2013	NOV A	PARA 2013			
	DESCRICAÇÃO DA DEMANDA	38.699.653	12.019.412	50.759.130	52.622.595	110.721.828	118.583.078
12.169.811-0	IMPLANTACAO DO PLANO DE CARRERA		4.261.067,83	40.085	205.635	2.234.437	6.047.937
Crescimento Vegetativo 2% aa			40.085	5.272.468	8.646.813	127.002.476	
Revisão Geral Anual							
Gasto Total com Pessoal do Órgão/Instituição		38.699.653	12.059.477	50.759.130	110.721.828	118.583.078	127.002.476

ATUALIZADO EM 12/12/2013

Fonte:  
Folha Realiza:  
Folha Projetada:  
Impacto mensal:  
Projeção: 2014 a 2016:

Meta4, SIP, RMIP, Relatório DCRH de FGTS e INSS;  
Folha Eletivamente Paga composta da somatória de vantagens mais encargos menos a somatória do reductor, ausentismos, faltas, devolução de verba e custeio (Auxílio Transporte, Alimentação, Moradia, Doença, Ajuda de Custo e Manutenção de Instrumentos e Vestuário, e Pensões Especiais);  
Considerado a última folha realizada acrescida de 2% aa. referente ao crescimento vegetativo;  
Considerado impacto previsto para janeiro de 2014; e  
Considerado 5% de Revisão Anual acrescido de 2% de Crescimento Vegetativo.

Ass.  
SSEG/CTL em  
Confere com o original  
*[Signature]*

FLS. nº  
136



**SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH  
RH INFORMAÇÃO



DEMANDAS PENDENTES									
JAPAR		DESCRIÇÃO DA DEMANDA	PREVISÃO DA IMPLANTAÇÃO	CUSTO MENSAL	GASTO ANUAL 2013	PROJEÇÃO			
PROTOCOLO	ORDE					2014	2015	2016	
11.744.703-0	2	PROMOÇÃO INTRACLASSES	2014	3.008		36.090			
11.744.702-2	5	PROGRESSÃO PÓS EST. PROBATORIO	2014	1.276		15.311			
11.744.760-0	267	CONTRATAÇÃO CRÉS - OPEIÁRIOS RURAIS	2014						
11.783.478-0	523	PROGRESSÃO FUNCIONAL	2014	113.611		363.338			
11.783.509-4	3	PROMOÇÃO INTRACLASSES	2014	4.908		58.894			
11.842.953-6	4	PROGRESSÃO POR APROV. ESTAG. PROB.	2014	1.094		13.131			
11.942.914-5	2	PROGRESSÃO POR APROV. ESTAG. PROB.	2014	252		3.020			
TOTAL DA DEMANDA				124.186,44		1.489.781,27			
TOTAL DA DEMANDA MAIS O TOTAL DA FOLHA PROJETADA						110.721.827,80	118.683.077,57	127.002.476,08	

ATUALIZADO EM 12/12/2013

ATUALIZADO EM 12/12/2013

Ass. SEE/CCT, em Confere com o original

*[Handwritten signature]*

0

0



## JUSTIFICATIVA - PLANO DE CARGOS DO IAPAR

A Proposta de adequação do Plano de Cargos do IAPAR, aprovado pela Lei 15.179 de 30/06/2006, busca equalizar os institutos de desenvolvimento das carreiras dos Servidores, respeitando as especificidades e complexidade dos cargos e funções. Também tem como principal objetivo corrigir problemas de inconstitucionalidade de um artigo da referida Lei e ajustes na legislação em vigor, corrigindo problemas existentes e evitando demandas judiciais.

O IAPAR conta com um quadro de pessoal de 1.232 Cargos, dos quais apenas 714 estão preenchidos, ou seja, com uma defasagem de aproximadamente 42%. O Governo do Estado autorizou em Dezembro/2011 a contratação de 279 Servidores (Pesquisadores, Técnicos e Auxiliares), entretanto na ocasião só foi possível a viabilização da contratação de 166 Servidores. O Não preenchimento das vagas ofertadas pelo Instituto se deu pelos baixos salários ofertados, para todos os níveis da carreira, de Auxiliar de Pesquisa ao Pesquisador com exigência de doutorado. Registramos que mais de 30 Servidores contratados em 2012 já fizeram o desligamento, entre eles Pesquisadores, Técnicos e Auxiliares de Pesquisa.

O valor salarial ofertados pelo Instituto inviabiliza a reposição de pessoal, conforme valores abaixo informados. Há urgência na aprovação de um novo plano de cargos e salários e de uma tabela salarial que permita ao Instituto buscar novos profissionais para renovação de seus quadros. Também está sendo proposta no novo Plano alteração no desenvolvimento da Carreira de Pesquisador, equiparando a Carreira de Gestão, que infelizmente deixou de ser contemplada a progressão por titulação aos Pesquisadores na Lei atual (15.179/06).

Função	Escolaridade	Salário Ingresso
Auxiliar de Pesquisa	Fundamental	934,77
Assistente Pesquisa	Ensino Médio	1.354,53
Profissional	Superior	3.856,63
Pesquisador	Mestrado	5.464,83
Pesquisador	Doutorado	7.377,53



O IAPAR tem perdido Servidores para outros Institutos de Pesquisa e Universidades Federais, além de Servidores que se desligam para atuação na iniciativa privada. A EMBRAPA tem sido uma das Empresas que mais tem recrutado Pesquisadores e Técnicos do Instituto, pois o salário inicial daquela Empresa hoje gira em torno de R\$ 13 mil mensais, ou seja, o dobro do valor praticado pelo Instituto.

No final de 2013 o IAPAR perdeu dois pesquisadores (marido e esposa, ambos com doutorado) da Área de Melhoramento Genético que haviam sido contratados em julho/12. O desligamento se deu em virtude de que o Pesquisador foi chamado para a Embrapa (Pará), com salário de R\$ 15 mil mensais, o que acabou gerando a demissão de ambos do IAPAR. O somatório dos vencimentos dos pesquisadores no IAPAR era de aproximadamente R\$ 14,7 mil.

Londrina, 10 de fevereiro de 2014.

**Altair Sebastião Dorigo**  
Diretor Administrativo e Financeiro



Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR  
Demonstrativo do Quadro Efetivo de Servidores

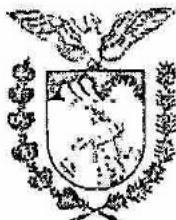
Cargo	Função	Classes	Vagas Autorizadas Lei Estadual 15.179/2006	Quadro Efetivo atual fev/2014	Deficit do Quadro Próprio IAPAR
Pesquisador	Pesquisador	A	22	13	9
		B	110	49	61
		C	118	62	56
		Subtotal	250	124	126
Agente de Ciência e Tecnologia	Auxiliar	A	462	298	164
	Assistente	B	380	192	188
	Profissional	C	140	101	39
		Subtotal	982	591	391



1232	715	517
------	-----	-----

Total Geral





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Anibal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 802/2013

Projeto de Lei nº: 802/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 214/2013

Súmula: Dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR

**EMENTA: ADEQUAÇÃO DAS  
CARREIRAS, CARGOS E  
VENCIMENTOS. SERVIDORES  
PÚBLICOS DO INSTITUTO AGRONOMO  
DO PARANÁ – IAPAR. POSSIBILIDADE.  
ART. 65, 66, INC. II E 87, INC. VI DA CE.  
COMPETÊNCIA DO PODER  
EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE.  
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo a reformulação do Plano de Carreiras, com a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores do Instituto agrônomo do Paraná – IAPAR.

Reitera (fls. 29), que as adequações não visam corrigir defasagens salariais individuais, mas promover ajustes, na estruturação das carreiras e cargos, com reflexos na elevação dos pisos e tetos salariais, buscando o equilíbrio na dinâmica de evolução nas carreiras.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



A Constituição do Estado do Paraná estabelece que as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, são de iniciativa privativa do Governador, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Sessões em

NELSON JUSTUS  
Presidente

TERCÍLIO TURINI  
Relator

APROVADO

11.02.14

Dep. Tereza





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 802/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 214/13, que dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Tercilio Turini, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a proposta de reformulação do Plano de Carreiras, visa a manutenção da efetividade e qualidade nos serviços prestados à sociedade pelo IAPAR.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Com relação ao impacto financeiro e orçamentário da matéria, constata-se a Informação nº 616/2013-RHINFO, protocolo nº 12.169.811-0 da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – Departamento de Recursos Humanos – DRH, subscrita pelo Senhor Emilio Antonio Trautwein, Gerente RH-Informação, demonstrando que o custo mensal da proposta é de R\$4.261.067,83 (quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil, sessenta e sete reais e oitenta e três centavos), ou seja





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

R\$51.132.814,00 (cinquenta e um milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e quatorze reais) anuais.

De igual modo, observe-se que o art. 60 do referido projeto de lei, assevera que a implementação dos efeitos financeiros desta Lei fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, e ainda, atendendo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (101/00).

**CONCLUSÃO**

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/02/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

DEPUTADO EUGENIO RUSCH  
RELATOR

Dep. Wilson  
Dep. R. Loren

Dep. Bührer  
Dep. Pugliese